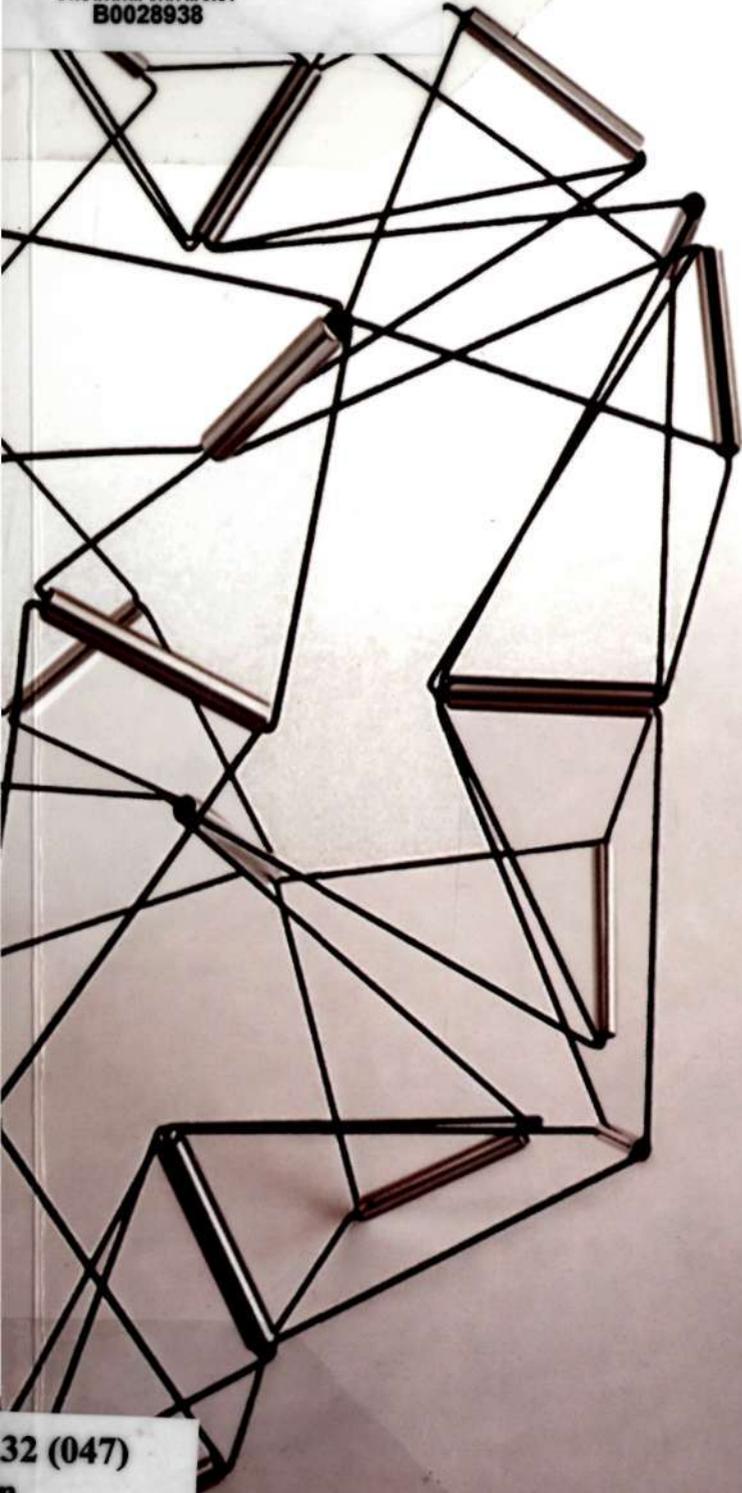


CIBEC/INEP



B0028938



32 (047)

n

2

INEP
1005
2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Paulo Renato Souza

SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC
Maria Helena Guimarães de Castro

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)
João Batista Ferreira Gomes Neto

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Iza Locatelli

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
Maria Inês Fini

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Ednar Maria Vieira Diniz

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Tancredo Maia Filho

DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

DIRETORIA DE TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

ITER
2005
2002

Coordenação

Dulcídio Siqueira Neto

Distribuição

Cibec/Inep - Centro de Informações e Biblioteca em Educação

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo

CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil

Fone: (61)323-3500

e-mail: cibec@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Inep 1995-2002 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. - Brasília

:Inep, 2002.

103 p.: il.

1. Relatório de atividades. 2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

CDU 354.32

ITER
1005
2002

Brasília-DF,
dezembro de 2002



SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Histórico.....	12
Breve História do Inep.....	13
Educação Básica.....	18
Censo Escolar.....	19
Levantamentos Especiais.....	25
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).....	30
Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).....	36
Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).....	42
Educação Superior.....	46
Sistema de Avaliação da Educação Superior.....	47
Censo da Educação Superior.....	50
Exame Nacional de Cursos (Provão).....	53
Avaliação das Condições de Ensino.....	61
Avaliação Institucional.....	64
Informação e Disseminação.....	66
Disseminação.....	67
Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec).....	69
Internet.....	73
Linha Editorial.....	77
Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped).....	80
Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd).....	83
Cooperação Internacional.....	86
Financiamento e Gasto em Educação.....	92
Organograma do Inep.....	96
Dirigentes do Inep 1995-2002.....	98



APRESENTAÇÃO
APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Sua missão é gerar conhecimento sobre o sistema educacional brasileiro por meio de levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino. O objetivo de tais informações é diagnosticar o sistema de ensino nacional, apoiar seu planejamento e a tomada de decisões dos gestores educacionais, permitindo-lhes, ainda, acompanhar as ações em execução.

Entre 1995 e 2002, o Inep consolidou-se como órgão central de um sistema de informações educacionais. Cujos conhecimentos e disseminação vêm contribuindo para tornar mais eficiente e mais equânime a educação brasileira. O Inep

tornou-se, em pouco tempo, um centro de referência nacional e internacional, capaz de desenvolver, criar e exportar tecnologias e *know-how*, especialmente na obtenção e análise de dados comparáveis internacionalmente.

No entanto, levantar dados sobre a realidade da educação e avaliar a qualidade do ensino não eram ações sistemáticas do governo federal ao término de 1994. Não havia regularidade na divulgação de informações, nem uniformidade nos procedimentos, sendo que cada unidade do Ministério da Educação trabalhava com sua própria base de dados. As informações eram desatualizadas e insuficientes para uma análise adequada da realidade educacional.

Por outro lado, existiam expectativas crescentes, expressas pela opinião pública nacional, e um ambiente internacional - a Década da Educação - que deixavam o País em dívida consigo mesmo. A eficácia social e econômica das ações a empreender dependia de conhecimento prévio da realidade a modificar. Assim, a prioridade foi montar um sistema funcional e ágil para levantar, processar e disseminar informações educacionais.

Na época havia os Censos Escolar e da Educação Superior além do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), os quais foram totalmente reformulados. Além desses levantamentos foram implantados o Exame Nacional de Curso, o Provão, ainda em 1996, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998, e implementados, em 2002, o Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos (Encceja) e as Avaliações das Condições de Ensino e das Instituições de Educação Superior. Por último, o Inep, está construindo um sistema de levantamento de financiamento e gastos públicos educacionais.

A integração das informações coletadas pelo Inep com as do IBGE tem proporcionado análise mais acurada da realidade da educação brasileira tanto no que corresponde à oferta educacional como no que se refere à demanda por ensino. O Inep tem fomentado, por intermédio de convênios e parcerias com as principais universidades brasileiras, a formação de massa crítica que possa

ampliar o universo de análise das informações coletadas.

Para facilitar o armazenamento, o uso e a disseminação das informações coletadas pelos programas do Inep, foi desenhado o Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd). Os dados que alimentam o Sistema são de duas grandes ordens: as estatísticas e as avaliações educacionais. O contexto social, econômico e cultural em que os fatos se dão é sempre objeto de pesquisa, concomitante a cada ação.

Outra iniciativa foi a criação de comitês estratégicos que permitem o acompanhamento de todos os programas do Inep. A formação de parcerias também é regra nas várias etapas das ações empreendidas. Os programas são formulados, executados, analisados e aperfeiçoados continuamente com a colaboração de especialistas nacionais e estrangeiros, contratados ou advindos de acordos institucionais. Em consequência dessa política, o Inep pôde ser reformulado e permanecer enxuto, ágil e eficiente.

Da mesma forma funcionam as avaliações e levantamentos realizados pelo Inep. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) aplica testes a cada dois anos em uma amostra estatística dos estabelecimentos de ensino de todos os estados brasileiros, além de questionário sobre questões socioeconômicas e escolares. Os resultados permitem acompanhar ao longo do tempo o desempenho dos sistemas de ensino. As informações extraídas do Saeb, que avalia alunos da

4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, permitem associar diversos fatores ao rendimento dos estudantes e constituem uma peça chave para que se possa entender a escola brasileira e tirar lições que resultem na melhoria da qualidade da educação.

Uma outra avaliação, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foi incorporada ao calendário da educação brasileira. O Enem é um teste voluntário que avalia as competências e habilidades para resolver problemas práticos apreendidas pelos alunos ao fim da escolaridade básica. Em 2002, o Enem contou com mais de 1,8 milhão de inscritos. Cerca de 400 instituições de educação superior de todo o País utilizam o Exame de forma complementar ou alternativa aos processos seletivos aos cursos de graduação.

Em relação aos levantamentos estatísticos da educação básica, todas as escolas das redes pública e privada do País respondem ao Censo Escolar por meio de um questionário padronizado. Com base nessas informações é possível traçar o perfil dos diferentes segmentos da comunidade escolar, a situação de funcionamento e infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino. As informações subsidiam uma série de políticas educacionais do Ministério da Educação, dos estados e dos municípios, que vão da distribuição de recursos à implementação de projetos. Programas como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o Merenda Escolar, o Livro

Didático e o Dinheiro Direto na Escola baseiam-se nos dados do Censo Escolar.

No âmbito da educação superior, o Provão foi aplicado, em 2002, a 370 mil graduandos de cerca de cinco mil cursos em 24 áreas do conhecimento. A prova para cada uma dessas áreas segue as diretrizes traçadas por comissão de professores indicados por instituições acadêmicas, científicas e profissionais. As mesmas comissões normatizam também os procedimentos para a Avaliação das Condições de Ensino, na qual avaliadores verificam *in loco* a qualificação dos professores, o projeto didático-pedagógico e a infra-estrutura de cada curso.

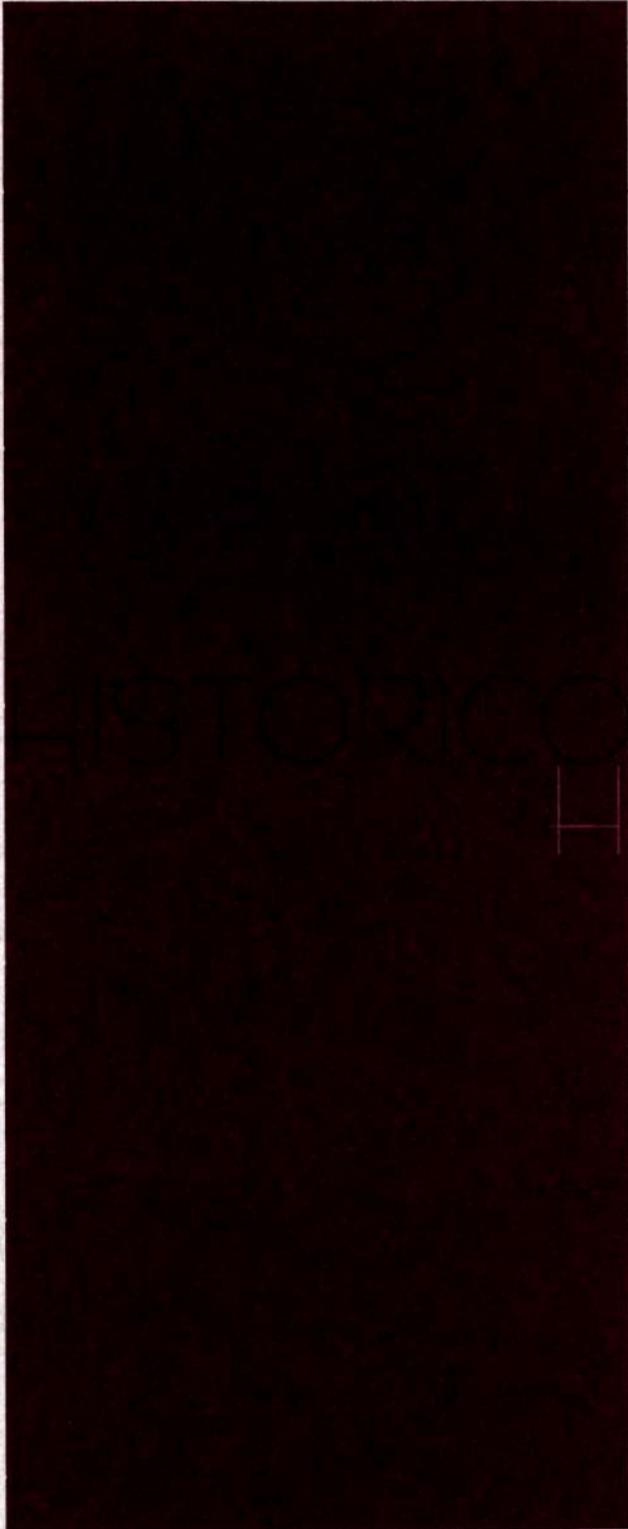
A interação com a comunidade acadêmica, em particular com os coordenadores de cursos, acontece de forma intensa nos seminários organizados regularmente para debater os dados coletados pelo Provão. As informações reunidas nos últimos anos trazem muitas evidências de significativa melhoria dos cursos de graduação em virtude do Provão e da Avaliação das Condições de Ensino. O Sistema de Avaliação da Educação Superior completa-se com a avaliação das próprias instituições de ensino e com o Censo da Educação Superior, que fornece as informações quantitativas necessárias ao conhecimento do conjunto das instituições.

Os acordos de cooperação técnica do Inep com organismos internacionais e outros países foram consolidados em uma série de compromissos firmados pelo Brasil. Os principais projetos dos quais o País passou a tomar parte são o WEI (Projeto

Mundial de Indicadores), o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação e o Projeto de Indicadores Educacionais do Mercosul.

O público em geral possui, via Internet, acesso a esse acervo de conhecimento de maneira rápida e facilitada. O Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec), órgão do Inep que se tornou modelar no oferecimento ao público do acervo de todo tipo de obras sobre educação, é outro canal de acesso às informações produzidas.

A reestruturação do Inep fez com que o órgão passasse a efetivamente cumprir a sua função pública, qual seja a de levantar e divulgar as informações educacionais. Em nenhuma outra época teve-se o conhecimento do ensino no Brasil com a profundidade que hoje se possui. Os resultados dos censos e das avaliações permitem que os gestores educacionais, em qualquer ponto do País, possam tomar suas decisões baseadas em informações fidedignas. Da mesma forma, a transparência dos dados tornou possível o efetivo controle social das políticas educacionais por parte da sociedade.



HISTÓRICO

BREVE HISTÓRIA DO INEP

Em 13 de janeiro de 1937, é sancionada a lei de criação do Instituto Nacional de Pedagogia. O Inep, no entanto, viria de fato a iniciar seus trabalhos no ano seguinte, com a publicação do Decreto-Lei nº 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição e modificando, ainda, sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, nomeia como diretor-geral do órgão o professor Lourenço Filho.

Segundo o decreto-lei, cabia ao Inep "organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços

estaduais, municipais e particulares de educação ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos".¹ Também, cabia ao Inep participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

Nas décadas anteriores, algumas tentativas de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias ao ensino já haviam sido articuladas sem conseguir, no entanto, ter a continuidade desejada. O Inep configura-se no primeiro órgão nacional que se estabelece de forma duradoura como "fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica",² como dizia a lei. Este esforço, conduzido pela figura de Lourenço Filho, um dos educadores mais respeitados da época, se consolida, nos anos seguintes e o Inep transforma-se numa referência para a questão educacional no País.

Em 1952, assume a direção do Instituto o professor Anísio Teixeira, que passa a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. No dia da sua posse, o educador faz a seguinte declaração:

"As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar amplitude maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspiração do magistério nacional para formação daquela consciência comum

que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira (...)"³

O objetivo de Anísio Teixeira era estabelecer centros de pesquisa como um meio de "fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil".⁴ Essa idéia concretiza-se com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE como os centros regionais estavam vinculados à nova estrutura do Inep que se consolidava.

Em meados da década de 60, esse modelo que tinha como tônica a relação entre a educação e a sociedade começa a sofrer alterações com a reordenação social-política do País instalada em 1964. A partir daí a pesquisa educacional toma novo rumo e passa a focalizar temas econômicos como educação e investimento, custos da educação, relações entre formação profissional e mercado de trabalho.

Em consequência da orientação em vigor foram extintos no período 1972-1973 os Centros Regionais, que se agregam em parte às universidades ou às secretarias de educação dos estados. Em 1976, com a sede do Inep já instalada em Brasília, todos os setores do Instituto que ainda se encontravam no Rio de Janeiro são transferidos para a nova capital. No ano seguinte o CBPE é extinto,

^{1 e 2} Lourenço Filho - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) - Edição nº 95, julho/setembro 1964.

^{3 e 4} Relatório Inep 50 anos - 1987.

marcando o fim do modelo idealizado por Anísio Teixeira e que deu ao Inep reconhecimento nacional e internacional.

Nos anos seguintes o campo de atuação do Inep é reduzido. Na década de 80 a ênfase está no fortalecimento de sua capacidade técnica e na ampliação e treinamento de pessoal técnico. As prioridades são o fomento a projetos de pesquisa e o suporte às secretarias do Ministério da Educação.

No início dos anos 90, o Inep era quase que somente um financiador de trabalhos acadêmicos voltados para a educação. Na reestruturação institucional promovida pelo governo Collor, o órgão chega a ser extinto por uma Medida Provisória, sendo o ato corrigido na reedição desta mesma MP. Em 1995, cerca de 100 servidores trabalhavam no Instituto, sendo que 80% eram de nível médio.

Neste ano, com a posse do ministro Paulo Renato Souza no Ministério da Educação tem início o processo de reestruturação do Inep. Com a reorganização do setor responsável pelos levantamentos estatísticos, pretendia-se que as informações educacionais pudessem, de fato, orientar a formulação das políticas do Ministério.

O primeiro passo se deu com a incorporação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Seec), em 1996, à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação. O Seec, criado em 1937, era um órgão do poder executivo com longa tradição na realização de censos estatísticos na educação brasileira. Em 1997, a Sediae é integrada à estrutura do Inep, passando a partir dessa data a existir um único órgão

encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal. Nesse mesmo ano, o Inep é transformado em autarquia federal.

Na frente do trabalho de processo de fortalecimento da instituição estava a professora

Maria Helena Guimarães de Castro. Neste período, o Inep ganha novamente um papel de destaque no cenário nacional passando a contribuir de forma decisiva na implementação das políticas públicas de educação. Além de reorganizar o sistema de levantamentos estatísticos, o Inep recuperou e ampliou as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais. Por outro lado, é também neste período que o Brasil passa a participar de forma regular das atividades de cooperação internacional.

Um dos resultados dos trabalhos do Inep tem sido o de revelar conseqüências lógicas e naturais da ação política em matéria de educação, quer isso agrade ou desagrade. (...) À medida que o tempo passa, levando a sociedade brasileira a uma maior consciência de seus próprios problemas sociais, mais e mais as funções do Inep serão compreendidas.

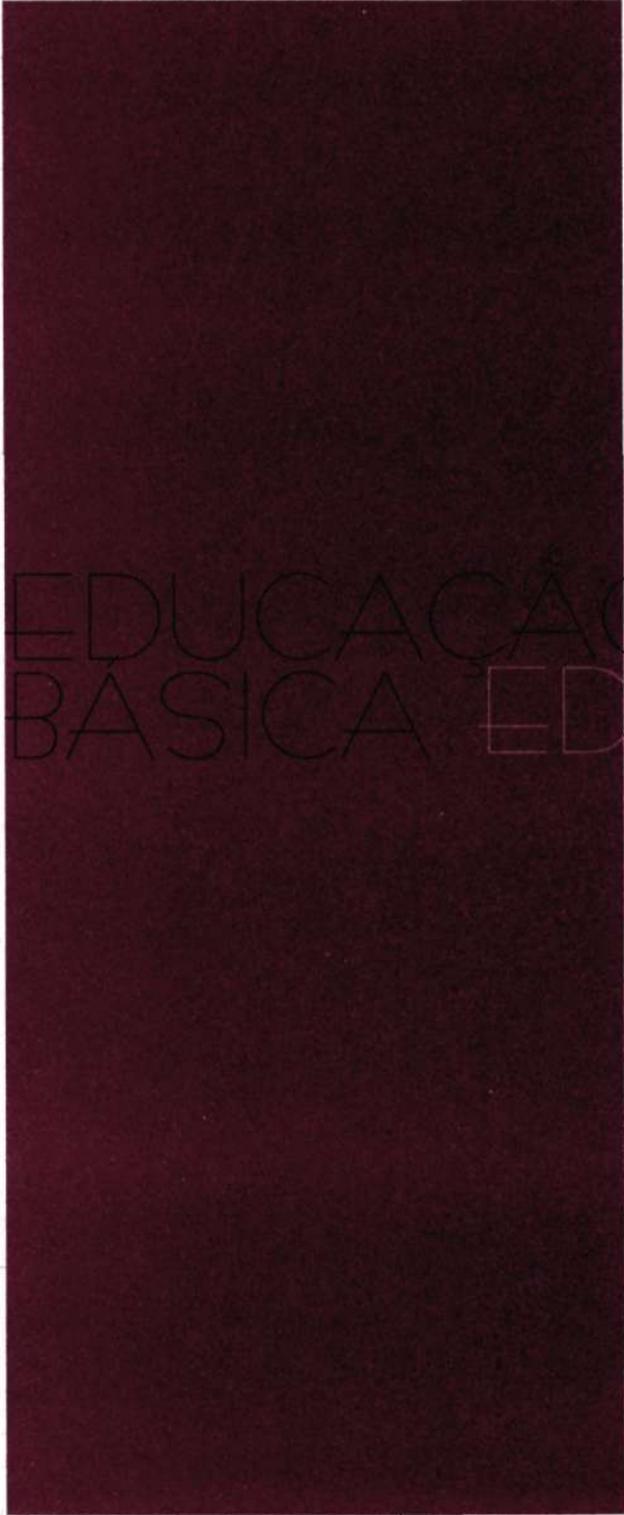
Lourenço Filho*

* Lourenço Filho – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) – Edição n° 95, julho/setembro 1964.

HISTÓRICO

Com este novo modelo institucional, o Inep ampliou seu potencial de trabalho, ao incorporar à tradição de 60 anos de atuação na área educacional, um enfoque contemporâneo em que as ações estão relacionadas com o maior número

de dados disponíveis. Com isso, vem resgatando seu perfil como órgão especializado na avaliação e nas estatísticas educacionais, cuja atuação foi sempre pautada no compromisso com a melhoria da educação brasileira.



EDUCAÇÃO
BÁSICA

EDUCAÇÃO
BÁSICA

Censo Escolar



CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar, realizado anualmente, é responsável pelo levantamento das informações estatísticas da educação básica e permite acompanhar o desenvolvimento do sistema de ensino no Brasil. Atualmente, o Censo abrange um universo de quase 55 milhões de alunos, distribuídos em 214 mil escolas, de 5.560 municípios brasileiros. Sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a coleta e o processamento de dados são realizados pelas secretarias estaduais de educação nos seus respectivos Estados.

O fortalecimento e o aperfeiçoamento contínuo do sistema de levantamento e disseminação de dados educacionais têm se configurado no principal instrumento para auxiliar o poder público e

a sociedade na definição de políticas para o setor. As informações subsidiam uma série de políticas educacionais do Ministério da Educação, dos Estados e dos municípios, que vão da distribuição de recursos à implementação de projetos. Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Merenda Escolar, o Livro Didático e o Dinheiro Direto na Escola se baseiam nos dados do Censo Escolar.

Todas as escolas das redes pública e privada do País respondem ao Censo por meio de um questionário padronizado. Com base nessas informações é possível traçar o perfil dos diferentes segmentos da comunidade escolar, a situação de funcionamento e infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino. Os dados do Censo Escolar também servem de base para o cálculo dos principais indicadores educacionais como as taxas de repetência, promoção e evasão escolar.

Mudanças no Censo

A partir de 1995, o Censo Escolar começa a passar por uma profunda reformulação para chegar ao modelo atual. Até essa data, não havia regularidade na divulgação de informações, nem uniformidade nos procedimentos. Os dados eram desatualizados e insuficientes para uma análise adequada da realidade educacional. Além disso, cada unidade do Ministério da Educação trabalhava com

sua própria base de dados, gerando duplicidade e desperdício de recursos. No início de 1995, o último censo escolar publicado datava de 1989 e a última coleta concluída era de 1991.

Com o processo de reorganização, iniciou-se a montagem de um sistema que garantisse o levantamento e a divulgação das informações no menor espaço de tempo possível. O procedimento de coleta foi uniformizado e descentralizado, com a formação de uma extensa rede de parceiros entre os municípios e os Estados brasileiros. Os primeiros resultados foram alcançados em 1996, quando os dados preliminares do Censo foram divulgados em dezembro daquele mesmo ano.

Em 1996, a realização do Censo Escolar também é marcada pela adoção de um novo instrumento para o processamento dos dados: o Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIED). Por meio deste Sistema, as 27 unidades da Federação foram interligadas em rede informatizada ao Inep. A construção dessa rede exigiu a reestruturação e modernização da área de produção de indicadores e estatísticas em praticamente todo o País.

Além de montar sua própria estrutura operacional, o Inep destinou recursos para a instalação de equipamentos de informática e capacitação de recursos humanos nas secretarias estaduais de educação. Essa estratégia mostrou-se bastante eficiente ao conferir maior agilidade e confiabilidade ao levantamento das informações. Atualmente, o Brasil é um dos

poucos países que consegue realizar e divulgar no mesmo ano um levantamento como o Censo Escolar.

Informação e políticas educacionais

As mudanças introduzidas a partir de 1995 para promover o aperfeiçoamento da sistemática de realização do Censo Escolar marcaram a retomada do uso efetivo dos seus resultados como principais sinalizadores das políticas educacionais. A valorização dos dados educacionais pelos diferentes segmentos da sociedade está diretamente relacionada com a diretriz adotada pelo Ministério da Educação de utilizar uma fonte única de informação para todos os programas do governo federal de apoio ao desenvolvimento da educação básica.

Um dos primeiros benefícios dessa definição política foi a implantação do Fundef, que determinou a distribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental com base no número de alunos atendidos pelas redes municipais e estaduais de ensino. Em 2001, o Fundef redistribuiu R\$ 20 bilhões. O aperfeiçoamento dos dados censitários trouxe, ainda, aumento de eficiência a outros programas de apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental mantidos pelo Ministério da Educação como o Livro Didático, o Merenda Escolar e o Dinheiro Direto na Escola.

Antes de 1995, por exemplo, o Programa do Livro Didático conseguia atingir cerca de 5,5 milhões de estudantes. Após a reestruturação do Censo, o programa passou a atender a 29,4 milhões de alunos de escolas públicas, praticamente universalizando o atendimento. Da mesma forma, o Merenda Escolar conseguiu atingir o universo de escolas de ensino fundamental.

O uso da base de informações gerada pelo Censo Escolar trouxe significativa melhoria no perfil dos gastos federais com a educação básica. Isso se deu tanto em termos de otimização dos recursos como na execução de políticas com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais. A qualidade e fidedignidade das informações permitiram que o Brasil participasse de forma mais efetiva de acordos de cooperação internacional que tornam possível a comparabilidade da situação educacional brasileira com a de outros países.

Realização do Censo

Pela sistemática implantada, o Inep envia os formulários padronizados do Censo Escolar às secretarias estaduais que, por sua vez, realizam a distribuição aos estabelecimentos de ensino. Depois de preenchidos pelas escolas públicas e privadas, os formulários são devolvidos às secretarias estaduais que digitam os dados e fazem uma primeira avaliação da consistência. Esta análise garante a

coerência das informações prestadas pelas escolas, ou seja, os questionários inconsistentes são rejeitados até que o seu preenchimento esteja correto. Todo o processo é supervisionado pelo Inep por meio da rede *online* do SIEd.

Os municípios também podem informar seus dados utilizando o módulo municipal do SIEd. Dessa forma, os gestores dos estabelecimentos preenchem um formulário eletrônico que é encaminhado às secretarias estaduais por meio de disquete ou mesmo por uma rede *online*. Em 2002, cerca de 700 municípios utilizaram o módulo municipal para o preenchimento do Censo Escolar.

Anualmente, a coleta dos dados tem início no mês de março e, em agosto, o Inep, conforme determina a legislação, publica no *Diário Oficial do União* os resultados preliminares. A partir dessa data, os gestores das redes de ensino têm um prazo de 30 dias para validar ou pedir correções dos dados informados.

Após este período, o Inep faz a verificação das informações declaradas em uma amostra representativa do total dos estabelecimentos das redes municipais e estaduais do País, que recebem a visita de técnicos para a comprovação dos dados informados no Censo. A seleção das escolas é feita a partir de vários indicadores como a evolução da matrícula em cada nível de ensino e o cruzamento dos dados demográficos com o número de alunos. Isso permite que eventuais erros sejam corrigidos, conferindo maior fidedignidade ao levantamento. Em novembro, ao término

da verificação, o resultado final do Censo Escolar é consolidado e publicado.

Para que esse amplo conjunto de informações possa de fato servir como instrumento para a gestão escolar, os estabelecimentos de ensino recebem os dados da sua escola impressos na contracapa do formulário do Censo. Dessa forma, o diretor do estabelecimento pode acompanhar o comportamento dos seus indicadores, planejar melhor suas ações e situar-se em relação ao Estado e ao País.

Os responsáveis pela área educacional nos municípios também podem consultar os dados do Censo por meio do aplicativo "Consulta por Escola". Quase três mil cidades do País com mais de 10 mil habitantes receberam o *software* que permite o acesso a todas as informações do município, desde 1996. É possível consultar a matrícula em todos os níveis da educação básica das escolas públicas e privadas, além de informações sobre funções docentes e rendimento escolar.

Se o acesso às informações educacionais para aqueles que vivem o dia-a-dia da escola tornou-se essencial no planejamento e melhoria da educação, a sociedade também passou a contar com informações para conhecer, cobrar e sugerir mudanças. Isso é possível devido à ampla divulgação dos dados coletados, seja por meio de impressos ou pela Internet. A prestação de contas ao público modificou um cenário onde as entidades da sociedade civil atuavam sem dispor de indicadores claros. Hoje, os dados e os principais indicadores

da educação básica estão disponíveis para qualquer pessoa ou organização e permitem que se tenha uma radiografia bastante completa da situação educacional de um município, Estado ou do País.

Com a intenção de fortalecer a corresponsabilidade dos Estados e municípios e de ampliar a participação das redes de ensino, o Inep criou, em 1999, o Comitê de Acompanhamento do Censo Escolar, do qual participam três representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e três representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Este Comitê, que conta ainda com representação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Federal de Acompanhamento e Controle Social do Fundef e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem como principal atribuição acompanhar todo o processo de realização do Censo Escolar, inclusive o controle de qualidade dos dados declarados, quando for o caso. Esta iniciativa institucionalizou o espaço

de diálogo com a representação organizada dos sistemas estaduais e municipais de ensino, melhorando a integração dos esforços exigidos para a realização do Censo Escolar.

O que é coletado

Por meio do Censo Escolar são obtidas informações referentes à matrícula, movimento e rendimento dos alunos, incluindo informações sobre o sexo, turno, turmas, séries, condições físicas dos prédios escolares e equipamentos existentes. Além disso, também se levantam dados sobre docentes por nível de atuação e grau de formação.

Essas informações são coletadas para todos os níveis e modalidades da educação básica nas escolas públicas e privadas brasileiras: Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental e Médio, no Ensino Regular, e também na Educação Especial e de Jovens e Adultos.

Aperfeiçoamento do formulário

Desde 1996, o formulário de coleta de informações do Censo Escolar vem sendo aperfeiçoado com a participação de representantes dos municípios e Estados, além dos vários setores do Ministério da Educação. Anualmente, o Inep realiza reuniões de discussão para determinar se serão modificados ou acrescentados novos itens ao questionário, com o objetivo de acompanhar as mudanças do próprio sistema educacional. Em alguns casos, são introduzidas questões que refletem as necessidades de novas informações para o planejamento de políticas para áreas específicas.

Todas essas informações são consolidadas na Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada anualmente.

Saemec

Para ajudar na organização e no planejamento escolar, o Inep desenvolveu ainda o Sistema de Administração Escolar (Saemec), um aplicativo que pode ser utilizado para a informatização

da administração de uma escola ou de um conjunto de estabelecimentos de ensino. O programa, que é oferecido gratuitamente, possibilita ao diretor gerenciar a vida acadêmica de cada aluno individualmente, gerando ao mesmo tempo toda a documentação de sala-de-aula como diários de classe e boletins de notas. De forma auxiliar, à medida que organiza os dados escolares, o Saemec facilita o preenchimento do formulário do Censo Escolar.

Educação Básica - Brasil - 1994-2002

Variável	Ano		
	1994 ¹	1998	2002
Estabelecimentos	220	215	214
Docentes	1.974	2.067	2.420
Matrículas	45.373	51.235	54.718
Educação Infantil - Creche		382 ⁴	1.153
Educação Infantil - Pré-Escola	4.087	4.111	4.978
Classes de Alfabetização	1.691	806	608
Ensino Fundamental	31.911	35.793	35.150
Ensino Médio	4.932	6.969	8.711
Educação Especial ²		293	338
Educação de Jovens e Adultos	2.752 ³	2.881	3.780

Fonte: MEC/Inep - Censo Escolar

¹Dados estimados para os Estados de AM, BA, RJ, SP e PR.

² Matrícula somente em escolas exclusivamente especializadas.

³As matrículas referem-se ao ano de 1995.

Coleta de matrícula em creche somente em escolas do ensino regular.

LEVANTAMENTOS ESPECIAIS

Os levantamentos especiais, no âmbito da Educação Básica, são realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para responder a uma necessidade por informações específicas que deverão orientar ações e políticas educacionais. Muitas vezes, parte dos dados é informada no Censo Escolar, e o levantamento especial tem caráter complementar.

Entre 1995 e 2002, o Inep realizou os seguintes levantamentos especiais: Censo do Professor, Censo da Educação Profissional, Censo Escolar Indígena e Censo da Educação Infantil.

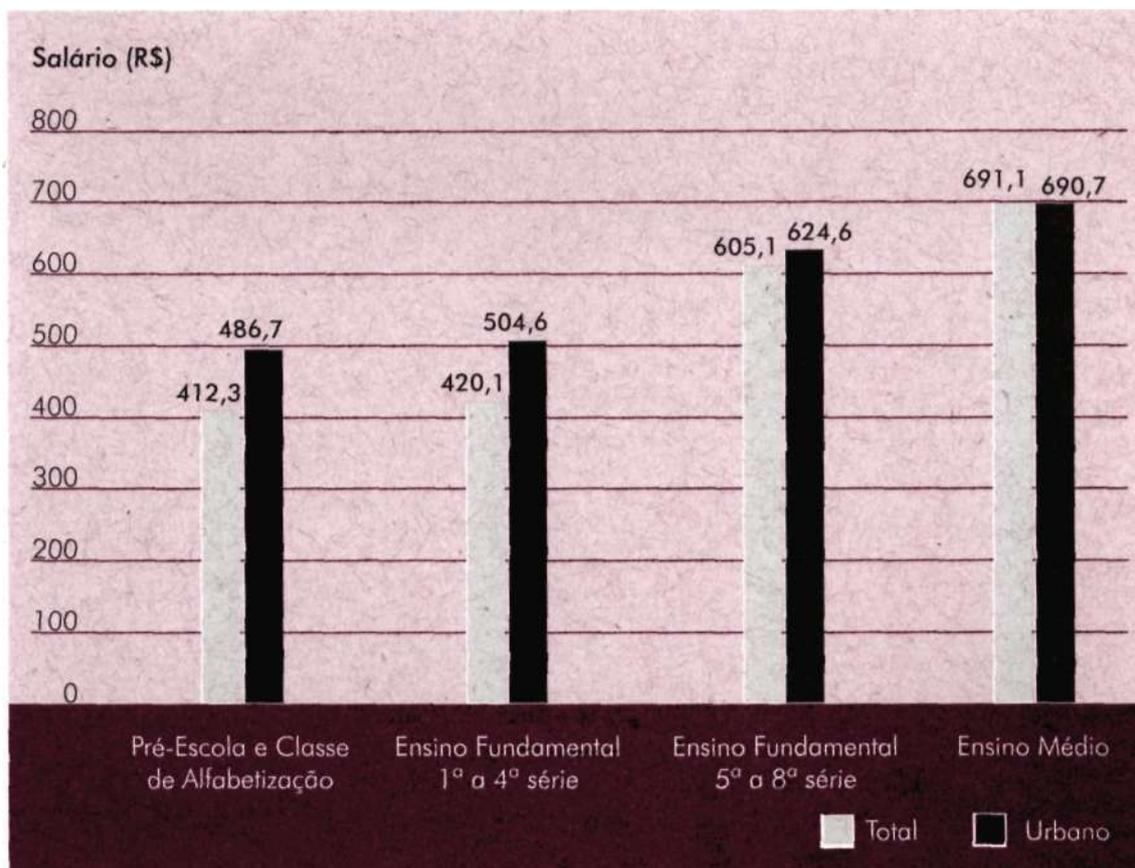
1997 - Censo do Professor

Divulgado em 1997, com dados do mesmo ano, trouxe uma radiografia

EDUCAÇÃO BÁSICA

bastante extensa sobre a situação dos cerca de 1,6 milhão de docentes da Educação Básica. Foram coletadas informações por região geográfica sobre o número de professores na educação infantil, ensino fundamental e médio, por rede de ensino (municipal, estadual, federal e particular) e o grau de formação destes profissionais.

O Censo do Professor trouxe, ainda, um levantamento inédito sobre a média salarial da categoria por nível de ensino e tempo de magistério. Esse estudo permitiu traçar um perfil do profissional que atua na sala de aula e teve impacto, em especial, nas políticas de formação de nível superior que visam adequar o corpo docente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.



Educação Básica - Média de salário (em R\$) dos docentes por localização segundo o grau de ensino - Brasil - 1997

1999 - Censo da Educação Profissional

A coleta de dados do Censo da Educação Profissional ocorreu no último trimestre de 1999, sendo que a divulgação deu-se no ano seguinte. A importância estratégica dessa modalidade de educação, voltada para a qualificação e atualização do cidadão para o mercado de trabalho, fez com que se buscasse dimensionar o tamanho e a diversidade da oferta existente em cada uma das unidades da Federação. Também foram levantadas informações sobre o número de professores e instrutores e o percentual deles com formação superior.

O levantamento, realizado pelo Inep juntamente com a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação, contou também com a participação do Ministério do Trabalho. Foram coletadas informações por área profissional, o que proporcionou um conhecimento maior sobre a adequação da oferta, em cada Estado, em relação às reais necessidades do mercado. Participaram do Censo cerca de quatro mil instituições que reuniam 2,8 milhões de alunos em 33, mil cursos. De acordo com as suas características e finalidades, os cursos foram classificados nos níveis da educação profissional: básico, técnico e tecnológico.

Número de instituições, cursos e alunos por nível da Educação Profissional

Brasil	Básico	Técnico	Tecnológico
Instituições	2.034	2,216	258
Cursos	27.555	5.018	433
Matrículas	2.045.234	716.652	97.249

Fonte: MEC/Inep

Uma instituição pode oferecer cursos em mais de um nível da Educação Profissional.

1999 - Censo Escolar Indígena

A coleta de dados do Censo Escolar Indígena começou a ser realizada em

1999 e os resultados do Censo foram divulgados em 2001. Executado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, o levantamento teve como objetivo propiciar ao MEC novos parâmetros

na implementação da política nacional para essa modalidade de ensino e produção de materiais pedagógicos como o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

A diversidade étnica representada por 219 povos e a dificuldade de acesso às escolas indígenas trouxeram desafios adicionais ao levantamento, principalmente na tarefa de checagem das

informações declaradas. Apesar disso, o Censo Escolar Indígena significa um avanço importante no conhecimento dessa modalidade de ensino. Cerca de 1.400 escolas, onde estudam cerca de 93 mil alunos, prestaram informações acerca de uso de material didático, número de alunos em todos os níveis da educação básica, além da quantidade de professores e sua respectiva formação.

Número de escolas indígenas, professores, professores índios e matrículas de alunos indígenas

Brasil e Regiões	Escolas Indígenas	Professores		Matrículas	
		Total	Índios	Total	Índios
Brasil	1.392	3.998	3.059	93.037	90.459
Norte	786	2.070	1.712	47.232	46.745
Nordeste	283	713	557	20.141	19.319
Sudeste	24	103	83	2.755	2.753
Sul	89	405	187	6.336	5.901
Centro-Oeste	210	707	520	16.573	15.741

Fonte: MEC/Inep/Seec

2000 - Censo da Educação Infantil

O levantamento especial sobre Educação Infantil no País, com dados de 2000 e divulgado no ano seguinte, teve papel complementar a coleta do Censo Escolar.

Informações sistemáticas e bastante abrangentes sobre a pré-escola existiam desde 1996 e, em 1998, o Censo também passou a coletar periodicamente os dados de Creche. Dessa forma, o levantamento priorizou a busca de informações que pudessem adicionar novos elementos ao retrato que já se tinha desse nível de ensino.

O Censo da Educação Infantil revelou que 5.507 municípios tinham estabelecimentos com creche ou pré-escola. Essas escolas foram classificadas pelo número de alunos atendidos e segundo a sua categoria, se públicos ou privados. Foi coletada, ainda, uma série de dados sobre a infra-estrutura dos prédios escolares onde

se detalhou quais são os espaços disponíveis para as crianças. Também fazem parte do levantamento informações sobre a formação profissional do corpo de funcionários do estabelecimento, uso de material didático e existência ou não de trabalho voluntário.

Número de municípios que possuem estabelecimentos com oferta de Educação Infantil - creche e/ou pré-escola

Brasil e Regiões	Total de Municípios	Municípios com Oferta de Educação Infantil			
		Creche		Pré-Escola	
		Total	%	Total	%
Brasil	5.507	3.964	72,0	5.402	98,1
Norte	449	251	55,9	433	96,4
Nordeste	1.787	1.211	67,8	1.749	97,9
Sudeste	1.066	1.298	77,9	1.638	98,3
Sul	1.159	901	77,7	1.146	98,9
Centro-Oeste	446	303	67,9	436	97,8

Fonte: MEC/Inep/Seec



SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é a mais antiga avaliação em larga escala realizada na educação brasileira. A partir da análise dos dados levantados, são elaborados diagnósticos periódicos do ensino fundamental e médio que subsidiam a formulação e o monitoramento das políticas educacionais. A avaliação procura identificar o que os alunos sabem e são capazes de fazer em diversos momentos de seu percurso escolar, considerando as condições existentes nas escolas. A partir dos resultados, é possível comparar os desempenhos das redes municipal, estadual e privada de um mesmo Estado ou entre as diferentes unidades da Federação.

As disciplinas básicas que constituem o repertório avaliado são Matemática

e Língua Portuguesa, podendo haver a inclusão de outras disciplinas em diferentes edições do Exame. Os testes são aplicados a cada dois anos para alunos das 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e da 3^a série do ensino médio. Além da prova, os participantes respondem a um questionário que coleta informações socioeconômicas e sobre hábitos de estudo, que permitem a identificação de fatores associados ao desempenho dos alunos. Os professores também respondem a um questionário com questões sobre seu perfil e práticas pedagógicas, assim como os diretores, que informam no levantamento aspectos relacionados com infra-estrutura das escolas e gestão escolar.

O pressuposto básico que orienta o levantamento dessas informações reside na concepção de que nenhum fator determina, isoladamente, a qualidade do ensino. Hoje existe consenso entre os especialistas de que a aquisição de conhecimento se deve a interação complexa entre diversos fatores. O cruzamento dessas informações com o desempenho dos alunos, aferido pela prova, sinaliza as áreas nas quais os gestores educacionais podem interferir para promover melhorias no ensino oferecido. As políticas e programas governamentais, ainda que não incidam diretamente sobre o rendimento escolar, podem atuar decisivamente sobre diversas variáveis.

A partir dos resultados do Saeb, o Ministério da Educação implementou, por exemplo, o programa "Dia Nacional da Família na Escola" e a campanha "Tempo de Leitura - Vamos fazer do Brasil um país

de leitores". A participação da família no ambiente escolar e a prática da leitura são dois dos fatores apontados pelo Saeb como fundamentais para a melhoria do desempenho escolar dos alunos. Além destes, outros programas empreendidos pelo governo federal com o objetivo de propiciar as condições para uma boa aprendizagem estão tecnicamente embasados nas conclusões da avaliação.

Da mesma forma, as secretarias municipais e estaduais de educação, que colaboram com todas as etapas de execução do exame, têm encontrado no Saeb uma rica fonte de informações que propicia a construção e articulação de políticas. Um exemplo são os programas de aceleração de aprendizagem para a correção do atraso escolar, incentivados pelo Ministério da Educação, que visam solucionar um dos fatores mais estreitamente relacionados com o desempenho dos alunos.

Na relação com os Estados, outro desdobramento importante é o incentivo à cultura da avaliação, que passou a ser considerada como um instrumento imprescindível para a formulação de políticas e correção de rumos no processo educacional. Nos últimos anos, o Inep selou acordos de cooperação técnica com diversos Estados, fornecendo o apoio técnico necessário para a implantação de sistemas próprios de avaliação. Procurou-se, dessa forma, evitar a duplicação de esforços, incrementar a capacidade técnica na área de avaliação educacional, aumentar o escopo de análise dos resultados

das avaliações e possibilitar o intercâmbio de experiências. Atualmente, 11 Estados e um município possuem sistemas de avaliação montados em parceria com o Inep e outros dois conceberam seus sistemas de forma autônoma, mas considerando a experiência acumulada pelo Saeb.

Evolução do Saeb

No final da década de 80, as políticas educacionais passaram a dar maior atenção aos resultados efetivos do processo ensino-aprendizagem. As elevadas taxas de repetência sinalizavam uma aprendizagem insuficiente que levava à evasão precoce dos alunos. É nesse ambiente que começam a ser delineadas as primeiras propostas de avaliação da educação básica com vistas a oferecer subsídios que levassem à melhoria da qualidade da educação.

Em 1988, foi realizado o primeiro experimento de avaliação de resultados de aprendizagem em escala mais ampla com a aplicação de um teste a alunos de 1º grau de escolas públicas de dez capitais brasileiras. A partir dos conhecimentos técnicos e metodológicos adquiridos nessa primeira experiência, o Ministério da Educação iniciou a montagem de um sistema de avaliação do aproveitamento escolar que resultou numa aplicação, em 1990, numa amostra de escolas públicas municipais e estaduais, de capitais e do interior de todo

o País. Submeteram-se a este levantamento, intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Pública de 1º Grau (Saep), cerca de 108 mil estudantes.

Os trabalhos de campo só terminariam no ano seguinte e o teste passaria a ser denominado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 1992, foi disseminado um relatório global, referente a essa primeira aplicação e, nesse mesmo ano, a avaliação passaria a ser responsabilidade do Inep. Em 1993, o Saeb volta a ser aplicado nas mesmas bases conceituais utilizadas na sua primeira edição.

Em 1995 o Saeb passou por transformações que lançaram as bases para o modelo adotado atualmente. Neste ano, a avaliação passou a incluir sua amostra o ensino médio e a rede privada. Foram redefinidas também as séries que seriam analisadas, selecionando-se aquelas conclusivas de cada ciclo escolar: 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Nesta edição do Exame, adotaram-se técnicas mais acuradas de medição do desempenho dos alunos, foram incorporados instrumentos de levantamento de dados sobre as características socioeconômicas e culturais e sobre os hábitos de estudos dos alunos.

Outra mudança radical acontece no campo metodológico. Em 1995, o Saeb passou a utilizar em suas análises a Teoria de Resposta ao Item (TRI) em substituição à Teoria Clássica dos Testes. A TRI permitiu o que não era possível até então: a comparabilidade do desempenho

dos estudantes ao longo do tempo. Para isso, utilizam-se os chamados itens âncora, ou seja, questões de prova que são reutilizadas em avaliações aplicadas em anos diferentes. A partir dessa data, o Saeb passou a cumprir o propósito de fornecer informações que possibilitaram avaliar a evolução dos sistemas educacionais.

Em 1996, começou-se a montagem da Matriz de Referência do Saeb, que é elaborada a partir de consulta nacional sobre as propostas curriculares praticadas no ensino fundamental e médio dos Estados brasileiros. Ela incorpora também as Diretrizes Curriculares Nacionais e a regulamentação da LDB, além da reflexão de professores e pesquisadores sobre cada área avaliada. Na prática, as Matrizes são formadas por descritores, que podem ser definidos como a associação entre os conteúdos curriculares e as competências cognitivas e habilidades utilizadas pelos alunos no processo de construção do conhecimento. Os descritores determinam, em última instância, o que os itens da prova devem cobrar dos estudantes, de acordo com a série cursada. As matrizes foram utilizadas, pela primeira vez, em 1997.

Na avaliação seguinte, em 1999, procedeu-se à construção do Banco Nacional de Itens que reúne questões, baseadas na Matriz de Referência, que devem ser utilizados na avaliação. O Banco de Itens, além de alimentar o próprio Saeb, é compartilhado com Estados e municípios por meio dos acordos de cooperação técnica, constituindo-se um instrumento que

confere agilidade à montagem dos sistemas de avaliação subnacionais.

O Saeb 2001 consolida o esforço empreendido nas seis edições anteriores, ao efetivar uma série de ajustes com o objetivo de aprimorar a avaliação. Como medida a se destacar está a atualização das Matrizes de Referência, feita após nova e ampla consulta aos Estados com o objetivo de adequá-las aos conteúdos adotados pelos sistemas de ensino.

Uma outra iniciativa importante deu-se no aperfeiçoamento da apresentação dos resultados do Saeb. A equipe do Inep responsável pela prova produziu boletins e relatórios direcionados especificamente aos diferentes públicos usuários ou partícipes do processo de avaliação. Nesse sentido, além dos gestores educacionais, tradicionais usuários dos resultados da avaliação, atribuiu-se relevância à divulgação das informações, em linguagem acessível, aos professores e diretores das escolas públicas. A transparência, assim como a compreensão e o acesso aos resultados foram enormemente ampliados dessa forma.

A prova e seus resultados

O Saeb utiliza questões de múltipla escolha construídas por professores especialistas nas áreas avaliadas. Estes itens, após revisão pedagógica, técnica e linguística, são validados por meio de um pré-teste, aplicado em todas as regiões brasileiras com o objetivo de verificar se

estão construídos de forma a medir adequadamente o desempenho dos sistemas de ensino. Normalmente, o Saeb é aplicado em outubro e os resultados são divulgados no segundo semestre do ano seguinte. Este período de tempo entre a aplicação e a divulgação é utilizado na correção das provas, estudo das diversas variáveis levantadas e produção de análises por especialistas.

O teste é aplicado numa amostra estatística de estudantes das escolas públicas e privadas brasileiras representativas de todos os Estados e do Distrito Federal, construída a partir dos dados do Censo Escolar. Os resultados são apresentados por unidade da Federação, separados nas redes municipal, estadual e privada e, ainda por zona urbana e rural. Essa distribuição permite maior focalização das ações pelos gestores públicos.

A teoria estatística utilizada na avaliação permite a construção de uma escala comum para cada disciplina e ordena o desempenho dos alunos em pontos dessa escala. As médias se situam, de acordo com o seu valor, em um intervalo

dentro da escala, chamado de nível de desempenho. A cada nível de desempenho há uma descrição do que o aluno é capaz de compreender e realizar. O desempenho dos alunos é disposto de forma crescente e cumulativa. Nos níveis inferiores situa-se o conjunto de estudantes que demonstram possuir conhecimentos mais básicos. Os alunos posicionados nos níveis mais altos estão habilitados a resolver questões que requerem habilidades mais complexas.

Uma das maneiras de se obter informação sobre o grau de equidade e de efetividade de um sistema de ensino é pela distribuição dos alunos nos níveis da escala. O desejável é que a maior parte dos alunos, senão a totalidade, apresente desempenho semelhante, posicionando-se nos níveis mais altos da escala interpretada para cada série. Caso contrário, quando é elevado o percentual de estudantes situados nos níveis mais baixos da escala, pode-se afirmar que o sistema de ensino não está conseguindo desenvolver estratégias que permitam aos alunos obter os resultados esperados.

Evolução da amostra efetiva do Saeb - 1995-2001

Participantes	Ano de Realização			
	1995	1997	1999	2001
Escolas	2.839	1.933	6.890	6.935
Diretores	2.839	1.933	6.890	6.820
Funções Docentes	4.907	18.077	53.815	21.754
Alunos	90.499	167.196	279.764	287.719
Séries avaliadas	4^a, 8^a, 2^a e 3^a	4^a, 8^a e 3^a	4^a, 8^a e 3^a	4^a, 8^a e 3^a
Disciplinas avaliadas	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa Ciências	Língua Portuguesa Geografia História Ciências	Língua Portuguesa

Fonte: MEC/Inep/Saeb

 Médias de desempenho - Brasil e Regiões - 1995-2001
 3^a série do Ensino Médio - Matemática

Brasil e Regiões	Ano							
	1995		1997		1999		2001	
	Média	Erro- Padrão	Média	Erro- Padrão	Média	Erro- Padrão	Média	Erro- Padrão
Brasil	281,9	(2,6)	288,7	(3,0)	280,3	(1,7)	276,7	(1,3)
Norte	264,3	(5,2)	270,4	(5,4)	253,4	(1,7)	255,1	(2,2)
Nordeste	261,4	(2,9)	290,2	(3,4)	265,5	(1,6)	264,1	(2,0)*
Sudeste	288,8	(4,7)	282,5	(4,8)	284,3	(3,1)	280,2	(2,4)
Sul	290,7	(4,1)	309,9	(4,6)	296,8	(2,4)	293,0	(2,3)
Centro-Oeste	288,4	(7,1)	302,5	(4,2)	287,1	(2,0)	285,1	(2,2)

Fonte: MEC/Inep/Saeb



EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado pela primeira vez em 1998, configura-se numa proposta inovadora de avaliação do desempenho individual do jovem ao término dos onze anos de escolarização básica. Com esse objetivo, o Exame faz a aferição do desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania dos jovens e adultos que estão concluindo ou já terminaram o Ensino Médio.

O Exame é voluntário, de caráter interdisciplinar e oferece parâmetros para o prosseguimento nos estudos ou para a inserção no mercado de trabalho. De forma complementar ou até mesmo alternativa, o Exame é utilizado para a seleção de alunos ao curso superior. Em 2002,

mais de 370 instituições faziam uso dos resultados do Enem em seus processos seletivos. A prova, aplicada sempre no último domingo de agosto de cada ano, é composta por uma redação e questões de múltipla escolha que avaliam o desempenho a partir de uma matriz de competências e habilidades.

Na sua primeira edição, o Enem registrou cerca de 160 mil inscritos, e quatro anos depois esse número saltou para 1,8 milhão. Esse crescimento vertiginoso, em tão pouco tempo, mostra que a proposta da avaliação se consolidou na educação brasileira. Isso só foi possível devido à parceria estabelecida com os sistemas estaduais de ensino, as universidades, centros de pesquisa e as escolas de ensino médio.

Nos três primeiros anos de aplicação, todos os alunos pagavam para realizar o Exame. A taxa destinava-se a cobrir parte dos custos de aplicação e correção da prova. Em 2001, o Enem passou por uma profunda mudança em função da gratuidade da inscrição oferecida aos estudantes carentes e aos concluintes do ensino médio em escolas públicas. A medida foi tomada com o objetivo de democratizar o Exame, estendendo a oportunidade de participação à maioria dos concluintes do Ensino Médio.

Com a isenção da taxa, o número de participantes passou de 352 mil, em 2000, para 1,2 milhão, no ano seguinte, sendo que, deste total, 82% foram beneficiados com a gratuidade. O número de participantes com renda familiar até cinco

salários mínimos subiu de 25% para 60%. Dessa forma, o Enem passou a se configurar como uma ação afirmativa eficiente, incluindo cidadãos de todas as origens e condições econômicas.

Visando à institucionalização dos canais de diálogo e participação dos diferentes segmentos da área educacional no desenvolvimento do Enem, foram criados dois comitês de assessoramento e realizado um seminário nacional que contou com a participação de mais de 300 pessoas. O Comitê Técnico do Enem, do qual fazem parte especialistas em avaliação ligados às comissões de vestibulares de diversas universidades, tem como papel apoiar a elaboração do exame. Já o Comitê Consultivo do Enem, integrado por representantes indicados pelas principais organizações nacionais das instituições de ensino superior e pelos diversos segmentos ligados ao ensino médio, tem como atribuição acompanhar todo o processo de operacionalização, oferecendo sugestões para o seu aperfeiçoamento.

O Enem e a reforma do ensino médio

A concepção do Enem está calcada nos delineamentos da educação básica estabelecidos pela LDB e, sobretudo, nas diretrizes curriculares e nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. Portanto, é um instrumento balizador e indutor da reforma que vem sendo implementada no País neste nível de ensino.

Antes da LDB, o ensino médio carecia de identidade própria, configurando-se apenas numa etapa intermediária para aqueles que haviam concluído a educação fundamental e almejavam ingressar num curso superior. Este nível de ensino era fragmentado e baseado no acúmulo de informações. Por força das circunstâncias também passou a ter a conformação de um estágio preparatório para vestibulares. Após a promulgação da LDB e, em especial com o perfil descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, este quadro começou a mudar.

Esse novo perfil estipula que o conhecimento escolar deva ser contextualizado e faça sentido ao aluno. O desenvolvimento do raciocínio e a capacidade de aprender são mais importantes do que a memorização. A interdisciplinaridade deve ser buscada como forma de integrar os conhecimentos a serem utilizados de forma dinâmica na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais. O artigo 35 da LDB diz, ainda, que o ensino médio terá como finalidade

"a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores".

E nesse contexto de mudanças que o Enem tornou-se um importante instrumento para a reforma do ensino médio. Ao elaborar um instrumento de avaliação

que envolve os princípios e valores expressos nos parâmetros curriculares deste nível de ensino, o Inep ajuda a sinalizar à escola que o modo de construção do conhecimento deve seguir uma nova trajetória. Da mesma forma, à medida que as instituições de ensino superior começaram a fazer a opção pelo Exame, elas próprias passaram ser catalisadoras dessa mudança que busca inverter a concepção de ensino que engendrou, ao longo dos anos, uma educação compartimentada e com pouca relação com a realidade.

Os estudantes que até pouco tempo desejavam ingressar na educação superior tinham como única opção estudar para um processo seletivo rigidamente *separado* em disciplinas e baseado na memorização de conteúdos. Esse era um contexto único para praticamente todo o País. Com o Enem, passou-se a exigir uma outra postura. A prova é contextualizada, não exige memorização, mas raciocínio crítico, e se espelha nas habilidades e competências que todo jovem deve ter desenvolvido ao final do ciclo básico de educação. Quando parte expressiva das instituições de educação superior passa a adotar o Exame, começa, de modo enfático, a mudar o processo ensino-aprendizagem nas salas de aula.

Construção conceitual

Conceitualmente, o Enem apóia-se na avaliação das estruturas da inteligência, que se organizam em competências

e habilidades que se espera que um jovem tenha desenvolvido no período que coincide com o final da educação básica. As competências podem ser entendidas como ações e operações mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas a memória que, apesar de importante, sozinha não consegue fazer-nos compreender o mundo em que vivemos. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do "saber fazer".

Ao implantar o Enem nessa perspectiva inovadora, buscou-se formular uma proposta que contemplasse as diretrizes da LDB. Para isso, reuniram-se em torno do Inep consultores de diversas áreas que pudessem oferecer suporte teórico-metodológico na tarefa de formulação do Exame. Cinco anos após a primeira edição, o Enem tem o seu valor reconhecido por especialistas e serve de referência para avaliações internacionais.

Na prova do Enem, as cinco competências básicas são expressas em 21 habilidades, medidas três vezes cada. Assim, a prova de múltipla escolha é constituída por 63 questões. A redação é avaliada por meio das mesmas cinco competências que estruturam a parte objetiva da prova, mas traduzidas para uma situação específica de avaliação da produção do texto escrito.

A parte objetiva da prova do Enem é elaborada para que o estudante exerça o papel de "leitor do¹ mundo" em que vive. A avaliação propõe ao participante

situações-problema originais, articuladas com o contexto da vida atual, envolvendo as áreas das ciências, artes e filosofia. As situações-problema, apresentadas por meio de todas as linguagens possíveis, são estruturadas de tal forma a impulsionar o participante a mobilizar conhecimentos anteriormente construídos e reorganizá-los para enfrentar os desafios propostos.

Na redação, o participante do Enem é considerado um "escritor do mundo", autor de um texto a ser redigido a partir de uma situação-problema proposta na prova. Pretende-se que cada participante selecione o recorte apropriado de seu acervo pessoal, reorganizando os conhecimentos já construídos com o apoio da escola para enfrentar o desafio proposto pelo tema, transcrevendo-o em seu texto.

A estrutura da prova é sempre a mesma e acha-se devidamente sedimentada na Matriz de Competências. A partir da Matriz, a equipe de consultores orienta a elaboração dos itens da prova, fazendo as análises e sugerindo os ajustes pedagógicos necessários. Uma das características dos problemas formulados para o Exame é que eles trazem, em seus enunciados, o "máximo de informações necessárias a sua resolução, uma vez que a ênfase da avaliação recai na capacidade de transformação da informação em conhecimento e não na memorização de conteúdos.

Antes da aplicação do Exame, o banco de questões do Enem é calibrado para que se procedam os últimos ajustes

em relação ao grau de dificuldade. No final do processo, a prova objetiva sempre tem uma distribuição de 40% de questões com grau de dificuldade mediano, 40% difíceis e 20% de questões fáceis. Na redação, o tema abrange situações contemporâneas que devem ser articuladas para a produção de um texto dissertativo-argumentativo.

Resultados e políticas educacionais

A cada edição, o número de participantes do Enem se aproxima do número de concluintes do Ensino Médio nos Estados brasileiros. Com isso, os resultados e os dados levantados geram um valioso conjunto de indicadores que agregam informações aos diagnósticos sobre a educação brasileira. Além da prova, os participantes respondem a um questionário socioeconômico que coleta dados de identificação pessoal, condição familiar, trajetória escolar, vida profissional e hábitos culturais, crenças e valores pessoais.

Com as informações do questionário, o Inep consegue traçar um perfil bastante completo dos participantes, além de levantar uma série de aspectos sobre as condições de ensino das escolas brasileiras de ensino médio. No questionário são indicadas, a partir da visão dos próprios estudantes, atividades pedagógicas que deveriam ser aprimoradas e quais são as condições de infra-estrutura que poderiam ser aperfeiçoadas para a melhoria da qualidade da educação oferecida.

A associação dos resultados da prova com os dados do questionário permite que seja realizado o mapeamento do desempenho dos participantes de acordo com determinadas características como sexo, cor, idade e tipo de escola cursada. Esses indicadores são fundamentais para a focalização e maior efetividade das políticas públicas.

Da mesma forma, a análise dos resultados do Enem permite que sejam traçadas diretrizes para ações que podem ser realizadas no âmbito da escola, com o apoio do poder público e a mobilização da sociedade. Nesse sentido, o Relatório Pedagógico do Enem 2001 ressalta, nas suas conclusões, que.

"os resultados evidenciam que a maioria dos participantes ainda não desenvolveu a estrutura fundamental para interagir de forma autônoma com o mundo que o cerca que é a leitura compreensiva, base de toda a comunicação e expressão".

Resultados individuais e da escola

O resultado de cada participante é sigiloso e remetido pelos Correios. Inclui a nota alcançada na parte objetiva e na redação, separadamente. O Boletim Individual contém uma interpretação dos resultados obtidos em cada uma das cinco competências, avaliadas nas duas partes da prova. Registra também a média das notas obtidas pelo total de participantes oferecendo a possibilidade de comparação do

desempenho individual em relação ao desempenho médio nacional.

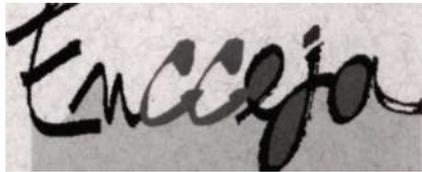
O Boletim contém, ainda, a qualificação da nota obtida pelo participante nas faixas insuficiente/regular, regular/bom e bom/excelente. No documento também é transcrito o gabarito oficial da prova e cópia do cartão de respostas preenchido pelo participante.

Um outro serviço oferecido pelo Enem é o Boletim da Escola, que contém as mesmas análises, mas considera o desempenho do conjunto de concluintes do ensino médio da instituição de ensino interessada. Para obter o Boletim, pelo menos 90% dos alunos da terceira série do Ensino Médio pertencentes ao estabelecimento devem ter participado do Exame.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - 1998-2002

Ano	Inscritos	Municípios de realização do Enem	Instituições que utilizam o Enem
1998	157 mil	184	2
1999	347 mil	162	54
2000	390 mil	169	130
2001	1.624 mil	277	260
2002	1.824 mil	600	374

Fonte: MEC/Inep/Enem



Exame Nacional de Certificação
de Competências de Jovens e Adultos

EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS

O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi criado para ser uma referência de avaliação nacional para as pessoas, matriculadas ou não em escolas, que estão acima da faixa etária própria para cursar o ensino fundamental e médio e ainda não concluíram essas etapas da escolarização. Outro objetivo do Exame é servir como instrumento para a avaliação dos programas de Educação de Jovens e Adultos.

O Encceja é constituído por um conjunto de provas que avalia as competências e habilidades básicas que devem ter sido desenvolvidas ao final da educação fundamental e do ensino médio. Os resultados da avaliação podem ser utilizados pelas secretarias estaduais e municipais de

educação para a emissão do certificado de conclusão destes níveis de ensino, desde que o participante tenha aproveitamento suficiente para esta finalidade.

No cenário educacional brasileiro, o Exame surge num momento histórico em que os dados do Censo Escolar indicam o crescimento da matrícula na Educação de Jovens e Adultos, com o retorno às salas de aula de pessoas que haviam abandonado os estudos. Os indicadores educacionais também apontam para a necessidade de uma melhoria nos níveis de escolaridade da população, como fator determinante ao exercício pleno da cidadania e à ampliação das oportunidades no mercado de trabalho.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos configura-se numa modalidade estratégica do esforço em busca de igualdade de acesso à educação como bem social. E nesse contexto que o Conselho Nacional de Educação (CNE) e os Estados se manifestaram favoravelmente à criação de uma avaliação nos moldes do Encceja, que permita estabelecer um padrão referencial de qualidade de desempenho ao qual possa equivar ou a certificação do ensino fundamental ou a do ensino médio.

Realizado inicialmente em 2002, o Exame está sendo implementado em parceria com as Secretarias de Educação, a quem cabe a regulamentação da certificação na Educação de Jovens e Adultos. A adesão ao Encceja é de caráter opcional às Secretarias de Educação

que podem efetivá-la mediante o estabelecimento de termo de parceria específico com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). No primeiro ano de aplicação, os Estados de Santa Catarina e do Acre, além de 11 municípios de outras unidades da Federação, assinaram o termo de adesão para utilização do Exame.

A responsabilidade pela operacionalização do Encceja é compartilhada entre o Inep e os municípios e Estados parceiros. Cabe ao Instituto elaborar as provas, os materiais de orientação e prestar assistência técnica em todo o processo, inclusive na correção das provas e na análise dos resultados. Fica a cargo das secretarias de educação a definição e divulgação dos critérios quanto à sua utilização para fins de certificação, realização das inscrições, cadastro dos inscritos, aplicação das provas, divulgação dos resultados e envio das informações ao Inep para estruturação de um banco de dados. Também é atribuição das secretarias a responsabilidade pela emissão dos documentos necessários, quando for o caso, para a certificação da conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

Estruturação do Exame

Coube ao Inep a tarefa de planejar e estruturar o Exame. Foram utilizados todos os referenciais legais próprios da EJA,

associados às cinco competências já estabelecidas para a avaliação do perfil de desempenho do término da escolaridade básica, estabelecido para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Enceja é também estruturado a partir de quatro matrizes de competências e habilidades relativas às áreas do conhecimento, representadas pelas diferentes disciplinas praticadas nos ensino fundamental e médio, considerando uma base comum nacional, associada às competências de sujeito, que expressam de que forma os jovens e adultos compreendem e realizam tarefas relacionadas com essas áreas.

As competências do sujeito, em número de cinco, referem-se ao domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento e resolução de situações-problema, capacidade de argumentação e elaboração de propostas. Estas cinco competências são eixos cognitivos que, associados às nove competências apresentadas nas disciplinas e áreas do conhecimento do ensino fundamental e do ensino médio, resultam, em cada área, 45 habilidades que estruturam as quatro provas compostas de questões objetivas de múltipla escolha, questões abertas e pela produção de um texto.

Provas

As provas do Enceja, sob a responsabilidade do Inep, são oferecidas aos sistemas de ensino para serem aplicadas nos municípios e Estados que aderirem ao Exame. A avaliação acontece nos mesmos dias e horários, abrangendo quatro domingos do mês de outubro. Além da prova, os participantes também respondem a um questionário socioeconômico que subsidia a montagem de um banco de dados contendo aspectos pessoais, familiares, educacionais e profissionais.

As provas do ensino fundamental e do ensino médio correspondem às quatro áreas do conhecimento, estabelecidas na Base Nacional Comum:

Ensino Fundamental:

Língua Portuguesa,
Língua Estrangeira,
Educação Artística e Educação Física;
História e Geografia;
Matemática;
Ciências.

Ensino Médio:

Linguagens,
Códigos e suas Tecnologias;
Ciências Humanas e suas Tecnologias;
Matemática e suas Tecnologias;
e Ciências da Natureza e suas
Tecnologias.



EDUCAÇÃO
SUPERIOR

EDUCAÇÃO
SUPERIOR

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A constituição de um sistema permanente de avaliação deve fornecer os instrumentos necessários para assegurar o contínuo desenvolvimento quantitativo e qualitativo das instituições públicas e privadas de educação superior. Essa necessidade torna-se ainda maior perante a diversificação na oferta de cursos e na forma de organização das instituições, que buscam atenderá crescente demanda por esse nível de escolarização.

Diante dessa realidade, ao longo dos últimos anos o Ministério da Educação construiu o Sistema de Avaliação da Educação Superior visando contribuir com a melhoria da qualidade dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior no País. Os procedimentos de avaliação têm fundamento legal no inciso IX do

artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece como atribuições da União "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino".

Sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Sistema é constituído por quatro instrumentos articulados entre si: o Exame Nacional de Cursos (Provão), a Avaliação das Condições de Ensino, a Avaliação Institucional e o Censo da Educação Superior.

O Provão, implantado em 1996, atribui um conceito ao curso a partir dos resultados de uma prova aplicada aos estudantes que estão concluindo seus estudos de graduação. A Avaliação das Condições de Ensino e a Avaliação Institucional analisam, por meio de verificações *in loco* realizadas por comissões de avaliadores, as condições nas quais o ensino e demais atividades acadêmicas estão sendo desenvolvidas. O Censo da Educação Superior constitui a base das informações quantitativas, indispensável ao conjunto do Sistema.

Os resultados das avaliações e levantamentos estatísticos respondem a uma necessidade social por informações atualizadas e fidedignas, capazes de retratar a realidade deste nível de ensino, identificando as constantes transformações pelas quais ele vem passando. A articulação das informações produzidas em cada um dos componentes do Sistema fornece

um amplo quadro conjuntural da educação superior no País que auxilia os gestores governamentais na formulação das políticas públicas. As avaliações fornecem, ainda, subsídios importantes para que as próprias instituições de educação superior possam planejar estratégias, ações e programas voltados ao aperfeiçoamento dos cursos.

O acompanhamento sistemático da evolução da educação superior também visa cumprir o disposto no artigo 46 na LDB:

"A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados periodicamente, após processo regular de avaliação".

Assim, um dos objetivos do Sistema é garantir ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação as informações necessárias para que se procedam o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições, assim como a renovação periódica desses atos legais a partir de critérios qualitativos.

Ao considerar as limitações circunstanciais e o caráter pioneiro do Sistema implementado, os resultados obtidos são promissores: sete anos atrás, a inexistência de dados consistentes sobre a educação superior dificultava uma adequada formulação das políticas educacionais. Hoje, ao contrário, estão disponíveis informações que fundamentam, tanto o diagnóstico quanto uma análise global do sistema. Isso permite o estabelecimento de bases sólidas para atender à exigência, por parte

do governo, da academia e da sociedade, de crescimento, com qualidade, da educação superior no Brasil.

Assim, faz-se imprescindível a consolidação deste arcabouço de instrumentos e procedimentos, para que este funcione institucionalmente a qualquer tempo.

A cultura da avaliação só poderá tornar-se uma tradição quando não houver espaço para a discussão do seu mérito, mas apenas das alternativas para a sua realização; quando se fizer permanente, propositora e desafiadora, para a melhoria dos cursos e das instituições.



CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), traça o retrato atualizado deste nível de ensino que tem passado por grandes transformações nos últimos anos. Além da expansão acentuada, a educação superior no Brasil tem-se diversificado para atender às necessidades de formação de profissionais que respondam às demandas sociais e para suprir um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

O levantamento abrange todas as instituições públicas e privadas de educação superior do País nas suas diversas formas de organização acadêmica: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas ou institutos superiores e centros de educação

tecnológica. Estão contemplados no Censo os cursos de graduação, presenciais e a distância.

A partir de 1997, o Censo da Educação Superior passou a sofrer uma série de aperfeiçoamentos que, em 2000, culminaram com a substituição dos formulários manuais ou em disquete por um questionário eletrônico *online*, ao qual cada uma das instituições tem acesso por meio de senha fornecida pelo Inep. Pela internet, as instituições repassam as informações que vão alimentar o banco de dados do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd).

Além do questionário eletrônico *online*, duas importantes inovações também foram introduzidas no Censo a partir de 2000. A primeira é a exigência da designação de um pesquisador institucional, que responde, perante o Inep, por todas as informações institucionais e de cursos, pelo preenchimento do questionário eletrônico e pela atualização permanente dos dados cadastrais da instituição.

A outra mudança é a adoção da classificação internacional da Eurostat/Unesco/OCDE para os cursos de graduação por área do conhecimento. A utilização das novas regras para classificar os cursos permitiu que as estatísticas nacionais da educação superior pudessem ser comparadas com maior adequação às informações de outros países.

As mudanças operacionais tornaram o levantamento um referencial imprescindível para o acompanhamento social da evolução quantitativa e qualitativa da educação superior, bem como para

implementação de políticas voltadas para esse nível de ensino. Os principais dados do Censo são consolidados na Sinopse Estatística da Educação Superior, divulgada anualmente por meio de uma publicação impressa e pela Internet.

A Sinopse traz o número de instituições em todo o país, sua distribuição pelas unidades da Federação, nas capitais e no interior, por categoria administrativa e organização acadêmica; dados sobre titulação e regime de trabalho do pessoal docente e técnico administrativo; cursos seqüenciais e de graduação com respectivas habilitações; oferta de vagas, número de candidatos e formas de ingresso nos cursos superiores; matrículas; conclusões.

Esse conjunto de informações possibilita o acompanhamento social das metas traçadas pelas políticas públicas, identificando a velocidade com que os objetivos estão sendo atingidos e áreas que necessitam de maiores investimentos, permitindo que sejam detectadas as necessidades de ajustes. Para os gestores das instituições de educação superior, o Censo oferece importantes subsídios para a adoção de iniciativas coerentes e adequadas à realidade institucional e acadêmica.

Os dados do Censo também são utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na construção dos seus indicadores educacionais. Internamente, é a partir do banco de dados do Censo que é feito o planejamento da avaliação da educação superior - Exame Nacional de Cursos, Avaliação das Condições de Ensino e Avaliação Institucional.

Educação Superior- Brasil - 1994-2001

Variável	Ano		
	1994	1998	2001
Instituições	851	973	1.391
Cursos	5.562	6.950	12.155
Matrículas	1.661.034	2.125.958	3.030.754
Funções Docentes ¹	155.776	174.289	219.947
Concluintes	245.887	300.761	395.988

Fonte: MEC/Inep - Censo da Educação Superior.

Um mesmo professor pode exercer função docente em mais de uma instituição.

EXAME NACIONAL DE CURSOS

O Exame Nacional de Cursos (Provão) foi aplicado pela primeira vez em 1996, no contexto da crescente importância dos sistemas de avaliação na definição das estratégias e ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Concebido pelo Ministério da Educação como um processo destinado a fornecer à sociedade e, em particular, à comunidade acadêmica o diagnóstico que faltava aos cursos de graduação do País, o Exame consolidou-se como um instrumento para o aperfeiçoamento dos cursos de educação superior.

A Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que criou o Exame Nacional de Cursos, estipulou também que a prova deveria ser obrigatória para todos os estudantes em fase de conclusão dos cursos incluídos na avaliação, constituindo-se uma

exigência para a obtenção do diploma. O resultado individual do exame permaneceria sigiloso, sendo fornecido somente ao próprio graduando.

A avaliação, coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), teve em 1996, a participação de cerca de 56 mil formandos de 616 cursos das áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil. Com a ampliação gradativa prevista no texto legal, em 2002, 383 mil estudantes provenientes de cinco mil cursos de 24 áreas, correspondendo a 90% do total dos graduandos do País, participaram do processo.

No período de sete anos de crescimento e aperfeiçoamento o Exame, que se popularizou com o nome de Provão, mobilizou a comunidade acadêmica para a necessidade de melhoria da qualidade do ensino e sedimentou a cultura da avaliação na educação superior. Sua criação representa, por isso, um marco de transformações para os cursos de graduação do País.

O processo de avaliação levou as instituições de ensino de graduação a dar maior ênfase à qualificação dos professores, tanto em relação à titulação de mestrado e doutorado, como também impulsionou mudanças no regime de trabalho. Por outro lado, as instituições passaram a adequar as suas instalações às necessidades dos cursos e a rever os seus projetos pedagógicos.

O Exame se constitui uma avaliação inovadora que verifica o resultado do processo de escolarização superior.

Dessa forma, pretende-se avaliar dois aspectos fundamentais: a aquisição de conhecimentos atualizados pelos alunos e o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam enfrentar os desafios da futura profissão. Os estudantes também preenchem um questionário-pesquisa que levanta dados socioculturais e impressões sobre aspectos relevantes do curso que possam influenciar o aprendizado.

Apesar de ser aplicado individualmente, o foco do Exame é sempre o curso e não o graduando que, por meio do desempenho que demonstra nas provas, fornece indicadores essenciais da qualidade da sua formação. A leitura do conjunto de informações possibilita estabelecer o grau de correlação entre determinados aspectos, como a qualificação docente e o aprendizado do aluno. Esses dados, relacionados entre si, permitem formar um quadro mais preciso da complexidade do sistema de educação superior de graduação.

A participação da comunidade acadêmica é parte integrante da construção do Provão como instrumento de avaliação. Superada a reação inicial contrária à avaliação por parte de algumas lideranças estudantis, o Exame Nacional de Cursos contou, nos últimos sete anos, com a ativa participação da comunidade acadêmica. Foram realizados mais de quarenta seminários com o envolvimento direto de cerca de oito mil coordenadores de cursos, além de professores, dirigentes das instituições de ensino superior e estudantes. Em todas

as fases e procedimentos relacionados com o Exame, ocorre também a participação da comunidade acadêmica.

Comissões de Cursos

Anualmente, para conduzir a realização do Exame, em cada uma das áreas de conhecimento, são traçadas diretrizes orientadoras por comissões nomeadas pelo Ministro da Educação. As comissões são constituídas por professores que possuem larga experiência no ensino de graduação, indicados por conselhos profissionais, associações de ensino e associações científicas de cada área. Também participam do processo de indicação o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Cada Comissão de Avaliação de Curso é composta por sete membros, oriundos de diferentes instituições de todas as regiões do País. Elas estabelecem as diretrizes do Exame, avaliam as provas, discutem os resultados, apresentam sugestões para o aperfeiçoamento do processo e traçam o perfil profissional que cada curso pretende estar formando, estabelecem os objetivos específicos de cada área, as habilidades e os conteúdos que devem ser verificados na prova. As Comissões também definem o formato das provas e formulam orientações detalhadas sobre como as questões devem ser elaboradas.

Prova e questionário-pesquisa

As provas têm formato específico em cada área e são compostas de questões objetivas e discursivas. Em relação ao conteúdo, são abordados temas referentes à formação profissional básica, específica e geral do graduando. Quanto às habilidades e ao perfil profissional traçado pelas comissões de curso, as provas avaliam aspectos relacionados com a capacidade do graduando de aplicar, na vida profissional, aquilo que aprendeu durante o curso.

De acordo com as diretrizes do Exame, as questões procuram avaliar, ainda, a construção e produção do conhecimento, com ênfase na capacidade de análise crítica. Também procuram refletir os diversos currículos dos cursos avaliados e pressupõe-se, como parâmetro de qualidade, a formação que os cursos devem estar proporcionando e não a carga de informações que é ministrada.

Para garantir a confiabilidade da avaliação, o Inep procede à análise técnica das questões em cada área. Esses resultados são divulgados em relatórios distribuídos a todas as instituições e cursos participantes do Provão. A avaliação que os coordenadores de curso e os formandos fazem das provas, por meio de questionários específicos, constitui outra fonte importante para a validação do instrumento. Em consequência dessa sistemática, no decorrer de sete anos, houve

o aprimoramento da qualidade do Exame no que diz respeito à clareza e objetividade dos enunciados, adequação das informações fornecidas para a resolução das questões, adequação do tempo para a resolução da prova, e o nível de dificuldade e extensão da prova.

Paralelamente ao desempenho no Exame, a realidade sociocultural do graduando, o ambiente no qual ele desenvolveu o seu aprendizado e a opinião que ele tem do seu curso se constituem elementos importantes para o diagnóstico formulado. O levantamento desses dados vem sendo feito desde a primeira edição do Exame com a aplicação do questionário-pesquisa aos estudantes.

Esse questionário também fornece aos gestores das instituições de ensino o roteiro das mudanças sugeridas pelos alunos. Eles opinam sobre os recursos e instalações disponíveis, como o acervo da biblioteca e os laboratórios; sobre a estrutura curricular; e o desempenho dos professores nas salas de aula. As informações levantadas possibilitam também estudar tendências e investigar hipóteses em relação a fatores associados ao desempenho dos estudantes.

Resultados

Os resultados do Exame são apresentados na forma de relatórios de cursos, que são remetidos às instituições e boletins individuais, enviados aos graduandos. Com o

Exame à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, é publicado e colocado à disposição na Internet o relatório-síntese que, além dos dados gerais da avaliação em cada ano, contém a série histórica dos conceitos de todos os cursos, em cada área do conhecimento.

O relatório do curso encaminhado aos reitores, diretores e coordenadores traz, entre outros dados, estatísticas comparativas do resultado do curso no Exame com os resultados do Brasil, da região e da unidade federada, por categoria administrativa e pela organização acadêmica. O relatório do curso informa também os percentuais de respostas dos graduandos em cada uma das opções apresentadas no questionário-pesquisa.

O Boletim do Graduando é um relatório individual que mostra o desempenho do aluno, os pontos obtidos em cada parte da prova e a média global do Exame, permitindo que o graduando compare seu desempenho com o dos seus colegas, do estado, da região e do Brasil. O documento é enviado exclusivamente a cada graduando, no endereço informado quando de sua inscrição no Exame. A nota do aluno não é registrada no histórico escolar.

Nos últimos sete anos, os resultados do desempenho dos cursos e os dados do questionário-pesquisa constituíram uma série-histórica que permite uma visão mais abrangente dos cursos que participaram da avaliação. O resultado de um único ano, apesar de oferecer um retrato real, não permite avaliar os esforços que podem

estar sendo realizados pela instituição para a melhoria da qualidade.

Com base na interpretação da série histórica dos resultados e das informações oferecidas, as instituições podem rever e discutir o projeto pedagógico, seus objetivos, os procedimentos de ensino e avaliação adotados e o tipo de formação que seus alunos estão recebendo. A partir dessa análise, e considerando todo o processo da avaliação e o contexto do curso em que se deu essa avaliação, dirigentes e corpo docente podem tomar decisões visando à qualidade do ensino.

Aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação

Um novo critério de atribuição de conceitos aos cursos de graduação foi adotado em 2001. Nas cinco primeiras edições do Provão, os resultados eram interpretados a partir do desempenho do curso, determinado a partir da média geral dos graduandos. Os cursos eram, com base no seu conceito aferido, distribuídos em cinco grupos, sendo pré-prefixado o percentual de integrantes de cada um dos grupos.

Desde o primeiro Exame, evitou-se a idéia de simplesmente apresentar as médias de cada um dos cursos, para que não fossem estimuladas as comparações individuais, mas sim evidenciar a diferença entre grupos de instituições. Desta forma,

foi adotada a opção por distribuir os cursos em grupos homogêneos segundo o desempenho, separando aqueles que integravam os grupos de maior e menor desempenho.

A consolidação do Provão fez com o Inep aperfeiçoasse os critérios de distribuição dos conceitos a partir de estudos sobre os resultados do Exame e da análise de sugestões da comunidade acadêmica. A sistemática adotada toma por base a média geral para cada área que está sendo avaliada e a distância da média do curso para essa média geral. A determinação dos conceitos leva em conta, ainda, o desvio-padrão, que permite a construção de uma escala de valores para a classificação dos cursos. A nova metodologia aumenta a nitidez da "fotografia" do sistema e também ajuda a captar com maior precisão o movimento de melhoria de desempenho dos cursos.

Seminários e a qualidade do ensino

Com o objetivo de incentivar o debate em torno do conjunto de informações que o Provão levanta, o Inep concebeu e tem realizado periodicamente seminários que contam com a participação de coordenadores de curso, dirigentes de instituições de educação superior e professores. Esses seminários contam com o apoio e a parceria de conselhos profissionais, associações profissionais e de ensino e associações científicas das

áreas, além da colaboração direta de algumas universidades.

Nesses encontros, os coordenadores analisam meios de como utilizar os resultados produzidos pelo Exame nas mais diversas ações voltadas para a melhoria dos cursos. Além disso, os seminários têm-se configurado num espaço privilegiado para o intercâmbio de informações, proporcionando que as instituições compartilhem entre si projetos e idéias que tenham sido implementadas com sucesso.

Técnicos do Inep apresentam relatórios sobre a elaboração e a correção das provas, comentam as questões e o seu grau de dificuldade. Os coordenadores e professores tomam conhecimento da avaliação feita pelos alunos sobre os cursos que estão concluindo por meio das respostas ao questionário-pesquisa. Por outro lado, nos seminários os representantes das instituições fazem críticas e sugestões para o aprimoramento da sistemática e das diretrizes orientadoras do Exame.

Número de cursos participantes do Provão/1996-2002, por área de graduação

Área	Número de cursos						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Administração	335	354	391	431	451	498	614
Direito	179	196	212	229	257	274	298
Engenharia Civil	102	106	110	112	118	125	128
Engenharia Química	-	44	47	48	50	51	51
Medicina Veterinária	-	37	39	43	50	59	76
Odontologia	-	85	86	87	93	104	113
Engenharia Elétrica	-	-	81	84	87	92	96
Jornalismo	-	-	84	92	97	113	131
Letras	-	-	369	382	406	432	472
Matemática	-	-	291	305	322	358	358
Economia	-	-	-	187	189	187	190
Engenharia Mecânica	-	-	-	70	73	74	78
Medicina	-	-	-	81	81	83	87
Agronomia	-	-	-	-	70	73	74
Biologia	-	-	-	-	238	274	288
Física	-	-	-	-	80	83	82
Psicologia	-	-	-	-	117	123	136
Química	-	-	-	-	109	113	116
Farmácia	-	-	-	-	-	86	108
Pedagogia	-	-	-	-	-	499	606
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	96
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	408
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	144
Historia	-	-	-	-	-	-	281
Total	616	822	1.710	2.151	2.888	3.701	5.031

Fonte: MEC/Inep/Daes - ENC/02

Número de presentes ao Provão/1996-2002, por área de graduação

Área	Número de presentes						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Administração	24.948	31.446	36.098	39.312	42.672	46.300	57.188
Direito	26.209	36.682	41.158	42.878	46.420	50.933	59.823
Engenharia Civil	4.380	5.874	5.400	6.019	6.126	6.085	5.860
• Engenharia Química	-	1.643	1.417	1.483	1.451	1.341	1.416
Medicina Veterinária	-	2.233	2.202	2.679	2.889	3.287	3.909
Odontologia	-	7.698	7.488	8.087	8.071	9.138	9.226
Engenharia Elétrica	-	-	4.271	4.351	4.374	4.478	5.007
Jornalismo	-	-	4.188	4.956	5.458	5.860	6.854
Letras	-	-	16.604	19.332	21.292	25.817	29.444
Matemática	-	-	7.997	10.102	10.869	12.101	13.829
Economia	-	-	-	9.397	8.650	8.012	8.446
Engenharia Mecânica	-	-	-	3.629	3.216	3.129	3.236
Medicina	-	-	-	7.793	8.018	8.435	8.546
Agronomia	-	-	-	-	3.425	3.470	3.208
Biologia	-	-	-	-	10.486	11.976	13.564
Física	-	-	-	-	1.573	1.660	1.730
Psicologia	-	-	-	-	9.537	9.677	10.597
Química	-	-	-	-	3.313	3.361	3.489
Farmácia	-	-	-	-	-	8.491	9.375
Pedagogia	-	-	-	-	-	47.870	64.229
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	6.353
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	22.694
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	9.182
História	-	-	-	-	-	-	13.133
Total	55.537	85.576	126.823	160.018	197.840	271.421	370.338

Fonte: MEC/Inep/Daes - ENC/02



AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO

A Avaliação das Condições de Ensino (ACE) consiste na verificação da qualidade do corpo docente, da organização didático-pedagógica e da infra-estrutura dos cursos de graduação. É realizada por comissões de professores, que examinam as condições de funcionamento dos cursos nas próprias instituições.

A Avaliação é condição prévia para que as instituições possam obter ou renovar o reconhecimento de seus cursos, medida necessária para a emissão do diploma do estudante ao final da graduação. A ACE também é realizada periodicamente para o conjunto de cursos da educação superior que já foram submetidos ao Exame Nacional de Cursos, o Provão.

Estas duas finalidades são complementares à medida que visam informar ao Ministério da Educação e à sociedade se os cursos estão cumprindo as metas de qualidade estabelecidas previamente e se reúnem as condições mínimas necessárias à formação dos futuros profissionais. E, ao realizar a avaliação periodicamente, objetiva-se garantir a permanência desses padrões de qualidade nos patamares desejados.

Aperfeiçoamento da avaliação

O processo de construção do Sistema de Avaliação da Educação Superior gerou a necessidade de integração de todas as avaliações deste nível de ensino numa mesma base de dados e em um mesmo padrão conceitual. Para tanto, em 2001, o Ministério da Educação transferiu a execução da Avaliação das Condições de Ensino para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão que já respondia pelas demais avaliações da educação superior. Anteriormente, a ACE era operacionalizada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério.

Para o aperfeiçoamento da ACE, o Inep realizou uma série de estudos comparativos a partir dos documentos que vinham sendo utilizados pela SESu. Numa fase seguinte, professores e especialistas de todas as áreas de conhecimento foram convidados a participar de jornadas de trabalho cujo principal objetivo foi o

de harmonizar os procedimentos do processo de avaliação. O Conselho Nacional de Educação e entidades representativas como Associação Brasileira das Mantenedoras da Educação Superior (ABMES), a Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e a Associação Nacional das Faculdades Isoladas (Anafi) também se integraram às discussões.

Essas jornadas de trabalho contribuíram significativamente para a reformulação da proposta de avaliação transformando-a em um documento básico: o Manual Geral de Avaliação das Condições de Ensino. Este documento funciona como uma matriz que se desdobra em manuais específicos para cada curso onde estão as orientações gerais e o que deve ser examinado antes e durante a verificação *in loco*.

Além dos manuais, também foram definidos procedimentos de conduta, tanto do ponto de vista profissional quanto ético. Para conferir uniformidade à verificação, um roteiro define 22 princípios básicos ao trabalho nas instituições, de forma a assegurar um resultado imparcial. Em relação aos princípios éticos, há recomendações específicas que devem nortear a comissão em relação, por exemplo, ao contato com a comunidade acadêmica e para que o avaliador evite dar ênfase a algum aspecto de seu interesse específico ou da sua especialidade durante a verificação.

Outro resultado dos estudos promovidos foi a elaboração do formulário eletrônico a ser preenchido pelas instituições

de educação superior participantes da avaliação. Como parte desse processo, conferiu-se, ainda, especial atenção à tarefa de recrutamento e de capacitação dos avaliadores.

Capacitação dos avaliadores

Com o propósito de aperfeiçoar a Avaliação das Condições de Ensino, o Inep implementou o Cadastro de Avaliadores, com inscrição aberta aos professores de educação superior. Os avaliadores são selecionados de acordo com o perfil acadêmico e a experiência em avaliação.

Antes de iniciar o trabalho de verificação *in loco*, os avaliadores são capacitados para compreender toda a sistemática empregada na ACE e para utilizar corretamente os instrumentos necessários à execução do trabalho. Durante a capacitação, recebem ainda orientações sobre cada item da verificação, sobre o Cronograma da visita, os procedimentos a serem adotados, além do roteiro da avaliação.

Roteiro da verificação

O ponto de partida da Avaliação das Condições de Ensino é o formulário eletrônico - desenvolvido a partir do Manual de Avaliação das Condições de Ensino - a ser preenchido pelas instituições. As informações prestadas nesse formulário são analisadas cuidadosamente por uma comissão

de avaliadores, o que possibilita registrar dúvidas, planejar o que deverá ser observado e quais informações deverão ser conferidas durante a visita.

A verificação *in loco*, realizada por dois avaliadores, é antecedida ainda pelo exame do projeto pedagógico do curso. Além disso, a comissão faz a leitura do desempenho do curso no Provão e analisa o questionário-pesquisa, respondido pelos graduandos. O estudo antecipado de dados fornecidos por fontes diversificadas permite o conhecimento prévio da instituição e o planejamento da verificação *in loco*. A ACE promove a análise de mais de 100 itens relacionados com a organização didático-pedagógica, com as instalações da instituição e com o corpo docente.

A verificação *in loco* se constitui o momento privilegiado da interlocução entre os participantes do processo avaliativo. É a ocasião em que - a partir da observação direta e do conhecimento das relações existentes entre os professores, alunos, pessoal técnico e administrativo, coordenador e direção da instituição - os avaliadores analisarão qualitativamente o funcionamento do curso, o envolvimento e interesse pelas atividades acadêmicas e projetos em andamento e, ainda, o tipo e o processo de gestão do curso. É também o momento de verificar se a infra-estrutura (ambientes e equipamentos) e o pessoal técnico estão a serviço dos objetivos explicitados no projeto do curso e de estabelecer comparações entre as situações reais e os documentos previamente examinados.



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional tem por objetivo verificar as condições gerais de funcionamento dos estabelecimentos de educação superior, diferentemente do Exame Nacional de Cursos, o Provão, e da Avaliação das Condições de Ensino, que são centrados nos cursos de graduação. A avaliação, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), apóia-se na análise de todas as informações relativas à instituição e na verificação *in loco*, realizada por uma comissão de avaliadores.

As informações apuradas pela Avaliação Institucional subsidiam o Ministério da Educação nas decisões sobre credenciamento e credenciamento das instituições de educação superior. A partir de 1996, a LDB prevê que o credenciamento, ato legal necessário para que a instituição possa funcionar, tem

prazo limitado, ao contrário do que ocorria anteriormente. Este foi um importante avanço para que os estabelecimentos passassem a ter preocupação permanente com a qualidade dos cursos oferecidos.

Um dos principais objetivos da Avaliação Institucional é verificar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que contempla objetivos, metas e ações das organizações. Outro aspecto é a verificação da qualificação e das políticas de valorização dos professores. A infra-estrutura do estabelecimento de ensino e a organização institucional, como a gestão acadêmica e as atividades de ensino, pesquisa e extensão, também estão incluídos na aferição.

A montagem e o aperfeiçoamento dos instrumentos da avaliação deram particular ênfase à capacitação dos avaliadores, com o intuito de homogeneizar os procedimentos a serem adotados. Paralelamente foram elaborados manuais para o apoio às equipes de avaliadores nas visitas às instituições. O objetivo foi integrar as informações apuradas numa mesma base de dados e no mesmo padrão conceitual dos demais processos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Sistemática da avaliação

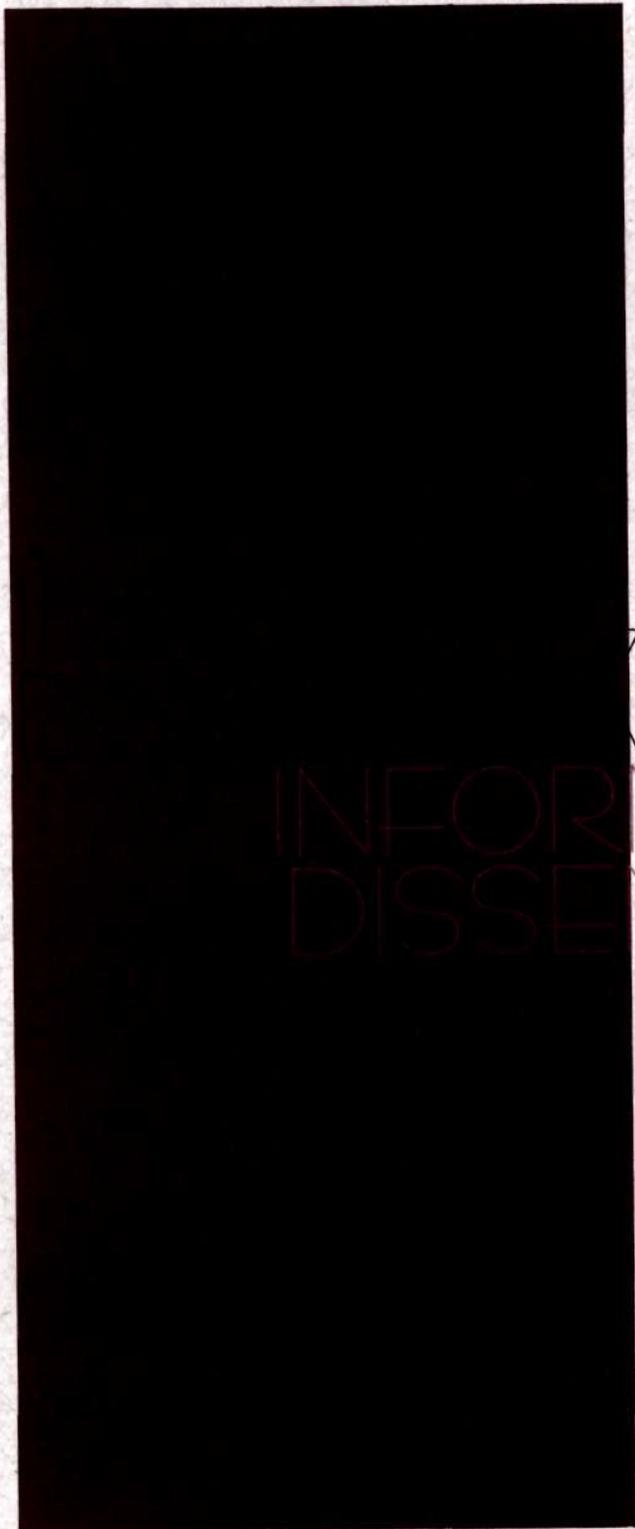
A Avaliação Institucional compreende dois momentos: a análise das informações prestadas pelas instituições de educação superior por meio de um formulário eletrônico e, na fase seguinte, a verificação *in loco* do funcionamento da instituição. A verificação realizada pela comissão de avaliadores é

centrada na organização institucional, no corpo docente e nas instalações físicas.

No primeiro momento, as comissões de avaliadores estabelecem as articulações e as coerências entre as informações apresentadas pelas instituições. A partir daí são traçados roteiros de verificação em que se destacam aspectos que deverão ser questionados durante a visita. Nessa primeira fase, são analisados documentos fornecidos pelas instituições, entre os quais os projetos pedagógicos e o PDI. Os avaliadores verificam se o PDI é adequado aos objetivos institucionais e à concepção que fundamenta os cursos e, ainda, se as projeções de crescimento qualitativo e quantitativo são factíveis para serem efetivadas no período de cinco anos.

A comissão de avaliadores verifica também se a instituição realiza algum processo de auto-avaliação e analisa os resultados de processos desenvolvidos pelo Ministério, como o Exame Nacional de Cursos, incluindo o questionário-pesquisa respondido pelos estudantes e a Avaliação das Condições de Ensino. Com esses resultados, é possível estabelecer comparações entre as diversas informações.

Na visita à instituição, as comissões levantam informações sobre o apoio didático que os docentes recebem; o plano de carreira e incentivo à participação em eventos; além da qualificação acadêmica e pedagógica. A comissão observa também o ambiente acadêmico, os procedimentos adotados para o processo seletivo, o desenvolvimento das aulas teóricas e práticas e as provas aplicadas, entre outros aspectos. É avaliada, ainda, a infra-estrutura da instituição, das instalações administrativas às acadêmicas.



ÇÃO E
ÇÃO
INFORMAÇÃO E
DISSEMINAÇÃO

DISSEMINAÇÃO

A disseminação dos resultados das avaliações e dos levantamentos estatísticos ganhou grande importância nos últimos anos. Se por um lado, o novo papel do Inep, a partir de 1995, propiciou a montagem de um conjunto de indicadores para a tomada de decisões pelos políticos, gestores, dirigentes educacionais e sociedade por outro, trouxe também uma nova responsabilidade: a necessidade de que a informação alcance, de fato, estes públicos distintos.

Essa tarefa complexa, de atendimento diferenciado e muitas vezes individualizado, é realizada com o auxílio de várias ferramentas como Internet, publicações, palestras e seminários. O Inep conta ainda com uma linha editorial própria, responsável pela publicação de

obras de referência em educação. Praticamente todas as áreas do Inep estão permanentemente envolvidas no trabalho de disseminação.

No âmbito geral de atendimento ao público externo, encontra-se o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec), que funciona como uma das principais portas de entrada de pedidos de informações. O atendimento, realizado pessoalmente, por e-mail, telefone ou carta é prestado pela equipe do Cibec ou encaminhado à área-fim, quando necessário.

Parte dessa demanda por informações origina-se de pesquisadores e especialistas, que muitas vezes requerem levantamentos especiais ou microdados estatísticos. O Inep dispõe, para esse fim, de uma coordenação formada por técnicos capacitados que responde pelo relacionamento com este público, fornecendo as informações solicitadas. Este atendimento diferenciado visa cumprir o papel de fomento à pesquisa, permitindo o acesso aos bancos de dados do órgão.

Paralelamente aos serviços criados para atender às solicitações previamente encaminhadas, a política de disseminação do Inep tem se orientado para uma oferta crescente de produtos e serviços em que o próprio usuário possa buscar, de forma autônoma, a informação de que necessita. Para isso, os dados são disponibilizados na internet de forma clara e transparente para

que qualquer cidadão possa obter os indicadores sobre a situação educacional de seu município, Estado ou do País.

O impacto provocado na opinião pública, a partir da divulgação dos censos e avaliações educacionais, deve-se em grande parte à cobertura da mídia. Como parte do processo de disseminação, o Inep mantém uma assessoria de imprensa, que tem como função relacionar-se e manter informados os veículos de comunicação a respeito das pesquisas realizadas. Para cada divulgação, a assessoria de imprensa produz textos específicos para atender à demanda dos jornalistas. O material distribuído faz o detalhamento dos dados e conceitos, com objetivo de facilitar a compreensão dos inúmeros fatores que envolvem o universo da educação.

A promoção e a participação de palestras, seminários e fóruns de debate, realizados no Brasil e no exterior, também desempenham papel fundamental na difusão das informações produzidas pelo Inep. A interlocução dos técnicos do órgão com o público especializado tem propiciado o aprofundamento da discussão em torno dos temas educacionais. Em média, oitenta eventos de pequeno a grande porte são realizados pelo Inep por ano. Uma equipe do próprio Instituto presta apoio logístico e operacional a esses encontros, realizando ainda a difusão das publicações.

CIBEC

CENTRO DE INFORMAÇÕES E BIBLIOTECA EM EDUCAÇÃO

O Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec) é especializado em educação e responsável pela disseminação de informações sobre avaliação e estatísticas educacionais, produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e por outras instituições nacionais e internacionais. Está localizado no térreo do edifício-sede do Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios.

O Cibec foi criado em 1981, mas sua concepção atual tem por base as mudanças ocorridas na política educacional brasileira a partir de 1995. No momento da reformulação do Cibec, grande parte dos acervos cadastrais, estatísticos, históricos, arquivísticos e bibliográficos na área educacional era

desconhecida ou se encontrava dispersa pelo território nacional. Para enfrentar esse problema, foram desenvolvidas duas linhas de ação: uma ligada ao acervo físico e outra ligada à questão de acesso à informação.

O acervo físico do Cibec passou por extensa análise com o objetivo de alcançar maior especialização nas áreas de avaliação e estatísticas educacionais. Assim foi empreendida uma atualização das coleções de periódicos e retomada a aquisição de publicações de destaque e relevância na área, além de serem incorporadas ao acervo todas as publicações da linha editorial do Inep. Até agosto de 2002, o acervo está constituído por 25.244 exemplares e 775 coleções de periódicos.

Desse acervo físico, merece especial destaque a coleção de aproximadamente 1.300 obras raras e especiais sobre educação e outros temas de caráter geral na área de ciências sociais. Esse acervo, totalmente restaurado, é acessível parcialmente e pode ser visto em exposições temáticas ao longo do ano.

A outra linha de ação - voltada para o acesso à informação - baseou-se no uso dos mais modernos equipamentos e ferramentas de busca e armazenamento virtual de informações. Seu principal objetivo é garantir que os usuários encontrem as informações desejadas, utilizando-se principalmente da Internet.

O sistema de informações implantado pelo Cibec a partir dessas duas linhas de ação permite a disseminação virtual e

local, por meio de equipamentos multimídia para acesso individualizado, de uma equipe multidisciplinar de facilitadores e de um programa de treinamento para a utilização de seus produtos. Para que essa estrutura de atendimento ao usuário fosse implementada, o Cibec passou por uma profunda reforma do seu espaço físico, criando um local diferenciado e interativo para a disseminação de informações educacionais.

Produtos e Serviços

O Cibec possui uma série de produtos e serviços, dentre os quais se destacam:

Thesaurus Brasileiro de Educação

(Thesaurus Brased) - é uma linguagem documental que pode ser utilizada como mecanismo de localização e de indexação de documentos e, no Cibec, permite a integração das bases de dados informacionais. A disseminação do Brased é realizada via Internet, por meio de um sistema de "reuniões virtuais", que permite sua permanente atualização. Diversos treinamentos têm sido realizados em todo o País para capacitação de multiplicadores e usuários do Brased (em 2001, foram 50 IES treinadas, entre federais e estaduais, correspondendo a 124 especialistas).

Biblioteca Virtual de Educação

(BVE) - é um catálogo de sites nacionais e internacionais na área de educação, selecionados e organizados em quatro

grandes categorias, divididas em subcategorias: avaliação educacional, estatística educacional, outros temas (como currículo, didática, educação a distância e outros) e tipologia da informação (bases de dados, bibliotecas, cursos de pós-graduação, legislação, entre outros). A BVE possuía, até agosto de 2002, 1.131 *sítes* indexados; destes, 819 traduzidos para o inglês. Todas as informações podem ser acessadas via Internet.

Programa de Legislação Educacional Integrada (*Prolei*) - reúne a legislação educacional brasileira no âmbito federal, publicada a partir de dezembro de 1996 (701 normas incorporadas, até agosto de 2002), estabelecendo a correlação entre as normas jurídicas e disponibilizando a íntegra dos documentos. No mesmo modelo, será agregada a este Programa a base histórica da legislação, a partir de 1960.

Bibliografia Brasileira de Educação (*BBE*) - relaciona artigos, estudos, ensaios e livros nas diferentes temáticas educacionais pertencentes ao acervo do Cibec. As referências bibliográficas podem ser acessadas via Internet e, em alguns casos, a íntegra dos documentos.

Rede BBE - seguindo a mesma função da BBE, a Rede permite a alimentação

descentralizada do sistema, totalmente via *web*, viabilizando o acesso a um repositório de informações dinâmico e atualizado no que se refere a artigos de periódicos científicos, teses e dissertações, livros e trabalhos científicos não publicados.

Programa Conheça a Educação

- viabiliza a realização de palestras por instituições e especialistas sobre os mais variados temas na área educacional. Os textos das palestras são disponibilizados na *web*.

Disseminação Seletiva da Informação - disponibiliza aos usuários o serviço digital de recebimento periódico das últimas informações incorporadas às bases do Cibec, conforme indicação, pelo próprio usuário, dos assuntos de seu interesse.

O Cibec mantém um processo permanente de monitoramento de suas ações, baseado em avaliações periódicas sobre a qualidade do atendimento e dos produtos e serviços oferecidos, bem como da informação em si. Novos produtos são sempre desenvolvidos e disseminados para responder à necessidade de promoção do conhecimento a partir do amplo acesso às informações educacionais.'

Internet¹ - Usuários do Cibec - 1998-2002

Ano	Números de acessos
1998	165.802
1999	811.425
2000	1.159.204
2001	1.845.566
2002 ²	2.224.847

Fonte: MEC/Inep/Cibec

Page Views.

² Até maio.

Biblioteca - Estatísticas - 2000-2002

Ano	Livros novos, indexados	Artigos de periódicos novos indexados	Usuários da Biblioteca
2000	2.954	1.016	4.581
2001	3.513	1.600	4.105
2002 ²	1.014	1.577	3.904

Fonte: MEC/Inep/Cibec

Os documentos estão disponíveis para consulta dos usuários.

Até maio.

INTERNET

A página do Inep na Internet (www.inep.gov.br) apresenta as principais estatísticas e indicadores educacionais produzidas do País. Ao lado de outros instrumentos de informação, o *site* é fundamental para a transparência das ações e dados produzidos pelo Instituto. Os resultados de todas as avaliações e censos educacionais são disponibilizados ao público por meio da Internet. Além disso, a página do Inep dispõe de vários serviços de interesse dos usuários. São exemplos disso, a inscrição ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ao Provão. Por meio do *site* são realizados, ainda, levantamentos estatísticos, seleção de avaliadores, inscrições para seminários, programas e eventos.

Cada um dos projetos que estão sob a responsabilidade do Inep possui uma página própria dentro do *site* onde se encontram as informações de interesse da sociedade. Um outro aspecto importante é a possibilidade de acesso aos serviços virtuais do Centro de Informações e Biblioteca em Educação como pesquisa de publicações, legislação e atendimento ao público externo. A página possui também uma sala de imprensa, direcionada ao atendimento dos veículos de comunicação.

Nos últimos anos, como parte do processo de constante evolução, o *site* passou por uma série de mudanças para atender de forma diferenciada aos diferentes segmentos de usuários. Como resultado, foi disponibilizada na página uma grande quantidade de dados estatísticos que vão da instituição, passando pelo município e Estado, até os dados mais gerais das regiões e do País. Ao mesmo tempo, as informações contemplam, para cada um desses níveis, um grande conjunto de variáveis como matrícula, infra-estrutura, taxas de rendimento, indicadores de produtividade e gasto em educação.

O número de consultas à página do Inep demonstra o crescente interesse do público. Em 2002, foram registradas cerca de 3,5 milhões de visitas à página até agosto, contra 2 milhões em 2001 e pouco mais de 650 mil, em 1999. Conheça alguns dos produtos disponíveis para consulta:

Cadastro da Educação Superior -

o Cadastro da Educação Superior traz dados sobre cursos e instituições de todo o País. Por meio dele, é possível saber a situação legal dos cursos no Ministério da Educação, como a autorização para funcionamento e o reconhecimento, necessários para a emissão de diploma. A data de criação e do início de funcionamento dos cursos, além do número de vagas autorizadas e o tipo de diploma conferido, são outras informações disponíveis. Os conceitos do Exame Nacional de Cursos, o Provão, também são facilmente acessíveis pelo cadastro.

Estão disponíveis, ainda, informações sobre a categoria administrativa (pública ou privada), endereço completo, dados da criação e de credenciamento e ato legal que permite o funcionamento de cada uma das instituições de Educação Superior do País.

O cadastro conta com um sistema de busca que permite ao usuário obter rapidamente informações sobre cursos ou instituições. Para a consulta de informações de um determinado curso, a busca é feita por município, estado ou região. Já a consulta de dados de uma instituição pode ser realizada por região geográfica ou por meio de uma busca avançada.

Perfil da Educação Brasileira e Números da Educação no Brasil - estes serviços possibilitam verificar os números de alunos, escolas e professores da creche ao ensino superior das redes

públicas e privadas. O sistema também permite conhecer as condições de funcionamento das escolas de educação básica e o número de alunos atendido em estabelecimentos que oferecem biblioteca, laboratórios de Ciências e Informática, acesso à Internet e quadra de esportes. Além das informações sobre a educação básica, o usuário tem acesso a um conjunto de dados da educação superior como quantidade de instituições, cursos e dados sobre o vestibular.

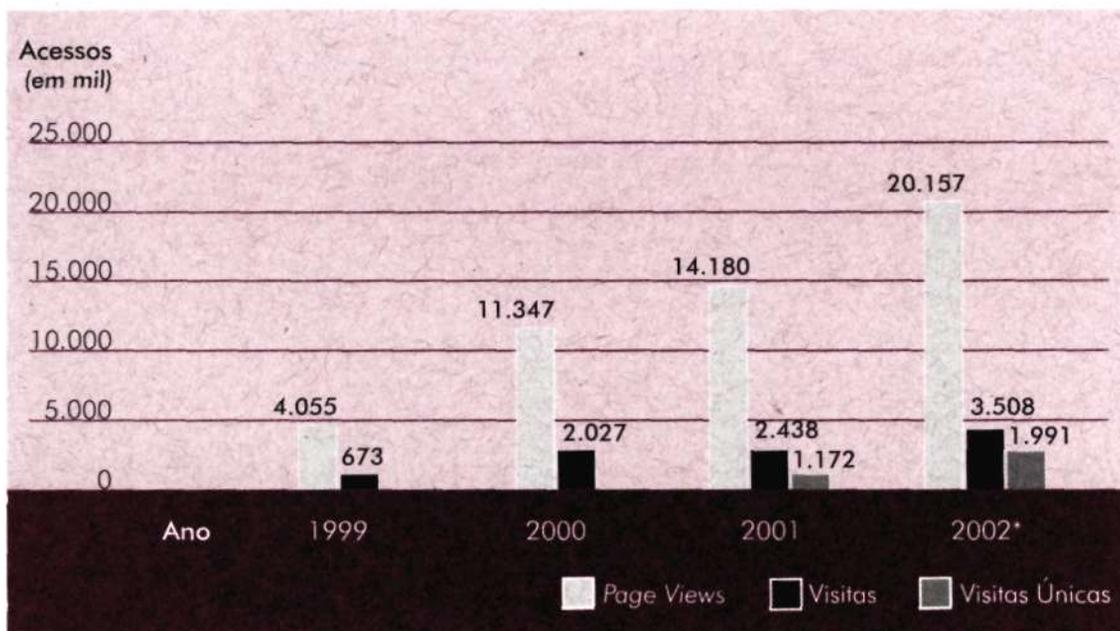
Dependendo do tipo de levantamento, são fornecidos índices em nível dos municípios, como a taxa de analfabetismo por faixa etária, rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) e distorção idade/série, que mede o atraso escolar dos estudantes.

Há, ainda, outros índices, como atendimento escolar, transição (promoção, repetência e evasão) e produtividade (tempo médio esperado de permanência na escola,

número médio esperado de séries concluídas e taxa esperada de conclusão), que estão disponíveis por Estado.

Cadastro das escolas do Censo Escolar - este serviço, atualizado anualmente a partir do Censo *Escolar*, disponibiliza o endereço de todas as escolas da educação básica do País. A consulta pode ser feita por nível ou modalidade de ensino separadamente e por unidade da Federação. Como opção de consulta, o usuário também pode obter informações das escolas urbanas e rurais, públicas ou privadas.

Sinopses estatísticas - a página do Inep contém as sinopses estatísticas da educação básica e superior dos últimos anos, constituindo-se um importante acervo histórico. São disponibilizados, ainda, relatórios com a evolução dos indicadores desses níveis de ensino.



Fonte: MEC/Inep
*Até o mês de agosto.

Estatística de acessos aos serviços web do Inep - 1999-2002

Page Views - Acessos a arquivos definidos como páginas. Gráficos e outros componentes não são contabilizados.

Visitas - Número de vezes que um usuário acessa o *site*. Se um usuário fica mais de 30 minutos sem fazer novo acesso, é contabilizada uma nova visita.

Visitas únicas - Número de visitas individuais *ao site* no período de um mês. Se um usuário acessar mais de uma vez, apenas uma é contabilizada.

Total de páginas	8.000
Documentos disponíveis	6.000

LINHA EDITORIAL

O Inep possui uma linha editorial com mais de 60 anos de tradição, que reflete a própria trajetória do pensamento educacional brasileiro e é constituída por três tipos principais de publicação: institucionais, periódicos e títulos avulsos. A linha editorial contempla, assim, desde informações primárias, como os levantamentos censitários, até os estudos e pesquisas mais complexos. Entre 1995 e 2002, foram editados 315 livros e 33 revistas, pelo Inep.

As publicações institucionais compreendem os relatórios técnicos das avaliações e as sinopses estatísticas dos censos educacionais. Por meio destas publicações, o Inep divulga os resultados das suas principais ações como o Saeb, o Enem, os Censos da Educação Básica e Superior,

além do Provão. O conjunto dessas publicações compõe um importante acervo de referência para a compreensão da trajetória da educação brasileira.

Os periódicos abrangem a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), a revista Em Aberto e a Série Documental. A RBEP, com periodicidade quadrimestral, publica artigos resultantes de estudos, pesquisas, debates e experiências relacionadas com a área da educação. Criada em 1944, é a mais antiga publicação do Inep.

A revista Em Aberto, criada de 1981, trata de um único tema em cada edição, funcionando como canal para a discussão de assuntos atuais e relevantes em educação. Com resenhas críticas e bibliografias, o periódico é largamente utilizado como material didático em cursos de graduação e pós-graduação. Já a Série Documental traz estudos de políticas governamentais, relatos de pesquisa e textos para discussão.

Os títulos avulsos incluem volumes produzidos por autores e instituições em parceria com o Inep. Compreendem, ainda, os textos institucionais da presidência e das diretorias do órgão com análises realizadas a partir das estatísticas e avaliações educacionais. Além destas publicações, o Inep edita ainda as Coleções Paschoal Lemme e Lourenço Filho.

A linha editorial responde, também, pelas publicações resultantes da colaboração entre o Inep e as instituições participantes do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped). O objetivo é estimular as editoras universitárias a reproduzir coleções, textos didáticos, obras



de referência e outras obras que podem ser adotadas como fonte de pesquisa para os cursos de licenciatura voltados à formação de professores.

A responsabilidade pela produção editorial cabe a uma equipe do próprio Inep, que controla todas as etapas do processo, incluindo a revisão de originais, o planejamento gráfico, diagramação e arte-final. Em alguns casos, parte das publicações é produzida por meio da contratação de serviços externos.

A montagem de um sistema inovador de atendimento por demanda, com auxílio de um pequeno parque de equipamentos de reprodução, permite que as edições sejam limitadas ao atendimento do público-alvo previamente identificado. Qualquer outra solicitação pode ser imediatamente atendida com a emissão de novos exemplares, sem a mobilização de custos adicionais ao da própria impressão.

Periódicos - *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, *Em Aberto*;
Publicações Institucionais - Avaliação, Estatísticas, Análises e Diagnósticos;
Títulos Avulsos - Anais Documentários;
Coleções - Paschoal Lemme, Lourenço Filho;
Série - Estado do Conhecimento;
Programas - Conheça Educação, Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores;
Série Documental - Estudos de Políticas Governamentais, Eventos, Relatos de Pesquisa, Textos para Discussão e Traduções.
Entre 1995 e 2002, foram editados 315 livros e 33 revistas.

Fonte: MEC/Inep



COMITÊ DOS PRODUTORES DA INFORMAÇÃO EDUCACIONAL

O Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em fevereiro de 1998, é uma instância Colegiado formada por quinze instituições e tem como finalidade desenvolver um sistema articulado para a disseminação de informações. A presidência do Comitê cabe ao Inep e as funções de secretaria executiva estão sob a responsabilidade do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec).

Um dos principais programas desenvolvidos no âmbito do Comped destina-se a estimular a publicação e a distribuição de livros, textos e obras que contribuam para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Para tanto, por

meio de convênios com as editoras universitárias, o Inep fomenta, inclusive com o repasse de recursos, a edição de obras de referência. De 1999 até 2002, foram produzidos 89 títulos.

Neste período, o Comped também realizou o levantamento, a análise e avaliação das publicações produzidas em ramos específicos como a educação de professores, alfabetização e a educação de jovens e adultos. Esses estudos, intitulados "Estados do Conhecimento", resultaram em obras de consulta. Além dessas atividades, o Comitê tem promovido seminários nacionais e regionais para o debate sobre a produção e disseminação das informações educacionais.

História e Funcionamento

No início de seu funcionamento, o Comped teve como objetivo principal o nivelamento das instituições no que se refere aos recursos tecnológicos de disseminação de informações. Neste sentido, foi disponibilizado suporte operacional para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de páginas na Internet. Dessa forma, a existência do Comitê é virtual: uma página na web (www.inep.gov.br/comped) funciona como fórum permanente para a troca de informações, reunindo-se a cada três meses para a deliberação de questões específicas.

O Comped não possui um mecanismo unificado de disseminação para o grande público, mas utiliza os recursos de cada instituição para fazê-lo. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, houve nos últimos anos incremento no número de pesquisas financiadas, concentração de trabalhos em questões educacionais da atualidade e, finalmente, disseminação desses estudos especializados, por intermédio do Inep.

Programa "Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores"

O programa de apoio a publicações segue uma sistemática própria. Inicialmente os conselhos editoriais das editorias universitárias fazem a seleção da obra e a enviam ao Comitê. E realizada, então, a análise dos custos e da pertinência dos títulos propostos quanto a sua adequação às três linhas básicas definidas pelo Comped. Concluída a etapa de seleção, as obras escolhidas recebem apoio financeiro para a edição de cerca de mil exemplares que são distribuídos às bibliotecas de todo o País.

Linhas de Publicação Apoiadas pelo Comped

Bibliografia básica nas licenciaturas - visa estimular a formação da

biblioteca básica do estudante de licenciatura, a partir da produção de livros para acompanhamento de cursos, material de apoio didático pedagógico e obras de caráter introdutório.

Obras de referência - tem como objetivo promover a produção de catálogos, glossários, dicionários e outros materiais que

possam apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Educação.

Atualização/desenvolvimento do professor-leitor- pretende contribuir para a reprodução de obras de caráter geral, com abordagens multidisciplinares que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico e a ampliação das formas de analisar determinado objeto de estudo.

Programa "Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores"

Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped) - 1999-2002

Ano	N° de publicações	N° de editoras universitárias
1999	29	20
2000	14	10
2001	13	10
2002	33	16
Total	89	56
		-

Fonte: MEC/Inep/Comped



SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

O Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd) é desenhado para abrigar os resultados dos principais levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Para este fim, o SIEd foi concebido logo no início de 1995 e reformulado quando da reestruturação do Inep. Atualmente, do ponto de vista da sua aplicabilidade e de seu desenvolvimento, encontra-se numa fase bastante avançada, principalmente no que se refere aos levantamentos estatísticos e avaliações da educação básica e superior.

Nestes dois casos, o SIEd reúne numa mesma plataforma operacional tanto a coleta de dados como, na outra ponta, a facilitação do acesso das informações ao usuário. Toda essa arquitetura, está apoiada

em pressupostos que estipulam que o SIEd deva ser uma ferramenta de fácil manipulação, com dados fidedignos e atualizados, além de oferecer transparência às informações levantadas. Além disso, essas são as únicas bases de dados utilizadas para dar suporte aos programas empreendidos tanto pelo Ministério da Educação como pelos demais usuários.

A primeira experiência de implantação do Sistema se deu, em 1996, na elaboração do Censo da Educação Básica, com a realização de um extenso trabalho de montagem de uma rede de coleta e processamento dos dados. A partir deste ano, o Inep adquiriu e repassou às Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal equipamentos e *softwares* de informática que auxiliassem na montagem de uma rede interligada. Ao mesmo tempo procedeu à capacitação de equipes técnicas das secretarias. Atualmente, todos os Estados utilizam o chamado SIEd-Censo para alimentar suas bases de dados locais e cabe ao Inep, que está ligado *online* com as unidades da Federação, consolidar e finalizar o levantamento.

Numa outra vertente, a integração ocorreu entre as próprias ações empreendidas pelo Ministério da Educação. O SIEd-Censo tornou possível a montagem de um cadastro nacional das escolas de educação básica, assim como uma base única que reúne todas as informações, como número de alunos matriculados em cada nível de ensino.

Estas informações são utilizadas, por exemplo, pelos programas do Inep

como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou os Programas do Livro Didático, de Alimentação Escolar, Dinheiro Direto da Escola, entre outros, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola (FNDE) nas suas ações específicas. Os dados são ainda utilizados pelas secretarias do Ministério na definição e no acompanhamento de suas políticas.

Na educação básica, além do SIEd-Censo, há também os subsistemas do Saeb e do Enem, que contêm os resultados dessas duas avaliações, assim como os Bancos de Itens necessários para a aplicação dos testes.

Na educação superior, o SIEd-Sup, outro braço do Sistema, permite que todo o levantamento de dados aconteça pela Internet, integrando ainda a base de dados desse nível de ensino a outros sistemas operacionais. Um deles é o Cadastro da Educação Superior, uma ferramenta de consulta disponível ao público, que agrega informações de todos os cursos e instituições do País. Quando um estabelecimento de ensino acessa, por meio de senha, o SIEd-Sup para fazer fornecer ou corrigir algum tipo de dado, essa informação é automaticamente tornada disponível no Cadastro.

Da mesma forma, o SIEd-Sup está interligado *online* ao Sistema de Acompanhamento de Processos de Instituições de Educação Superior (Sapiens), mantido pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do

Ministério da Educação. No momento que uma instituição é credenciada ou um curso obtém sua autorização ou reconhecimento,

essa informação é disponibilizada no Cadastro e pode ser consultada pelos usuários externos do sistema.

COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL
COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

O aprimoramento do sistema brasileiro de indicadores educacionais, nos últimos anos, possibilitou a efetiva participação do País em acordos de cooperação internacional. Além de compartilhar experiências e se expor à comparação com outros países, o Brasil pode adquirir conhecimento para aperfeiçoar seus próprios procedimentos na realização de levantamentos e avaliações.

No atual cenário de globalização e de acelerada mudança das bases tecnológicas e dos processos produtivos, a educação tornou-se um vetor estratégico para o desenvolvimento e para que os países possam enfrentar a competição internacional. E nesse contexto que ganham importância as iniciativas de se investigar, com maior profundidade, a abrangência e a qualidade da educação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) tem-se dedicado a essa tarefa, e, graças aos resultados obtidos, o Brasil passou de importador a exportador de *knowhow* na área, tornando-se um centro de referência internacional em avaliação e indicadores educacionais.

Intercâmbio de experiências: apoio à construção do sistema de informações educacionais do Brasil

Em 1995, dada a precária situação das informações educacionais brasileiras,

o Ministério da Educação tomou a decisão de estudar a experiência de outros países, avaliar o conhecimento existente nas organizações internacionais que lidam com educação e, a partir daí, agregar o conhecimento e as especificidades do Brasil para poder desenhar e implementar um sistema completo de informações educacionais adequado à nossa realidade. A proposta era buscar o que havia de mais avançado na área e adaptar e contextualizar essas experiências à situação brasileira.

Neste momento inicial, foram importantes as missões que o Inep fez a diversos países, como os Estados Unidos, França, Reino Unido e o Chile, à época o único país com um sistema de informações educacionais integral na América Latina.

Ainda com o objetivo de apoiar a concepção dos diversos instrumentos de avaliação e acompanhamento educacional que o Inep viria a desenvolver, foram fundamentais as contratações de especialistas estrangeiros e a construção de parâmetros, a partir de experiências internacionais, para o qual o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) emprestaram relevante contribuição.

Essas primeiras ações de cooperação técnica foram consolidadas em uma série de compromissos internacionais firmados pelo Brasil, com destaque para a Parceria pela Educação Brasil-Estados

Unidos e a inclusão do tema "Indicadores e Avaliação Educacional" no âmbito da Cúpula das Américas. Nessa instância, instituiu-se uma linha de cooperação específica, hoje liderada pelo Brasil, para fortalecer os sistemas nacionais de avaliação educacional de 34 países do continente.

Após esse primeiro momento de construção e reformulação dos instrumentos de informação e avaliação do sistema educacional brasileiro, o Ministério da Educação, por meio do Inep, inseriu-se num amplo conjunto de iniciativas multilaterais ligadas ao desenvolvimento de indicadores comparáveis.

As principais iniciativas multilaterais

Embora sejam diversos os projetos internacionais voltados para a construção de indicadores comparativos em educação, nos quais o Brasil tomou parte nos últimos anos, alguns devem ser citados tanto pelo desafio que representaram quanto pelos benefícios que geraram. Os principais, nesse contexto, são o Projeto Mundial de Indicadores (WEI), o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação e o Projeto de Indicadores Educacionais do Mercosul.

A participação do Brasil nestas iniciativas trouxe, pelo menos, três grandes benefícios: o primeiro foi a possibilidade

de cooperação técnica numa área que exige constante aprimoramento teórico e metodológico; o segundo foi a oportunidade de situar o desempenho do sistema educacional brasileiro diante do de outros países. Além disso, ao inserir-se em projetos internacionais, o Brasil passou também a influir na definição dos indicadores e no tratamento das informações, o que permite instrumentos e enfoques que contemplem a diversidade dos países envolvidos e possibilitam um diagnóstico mais preciso das suas realidades educacionais.

Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação

O Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe da Unesco (Orealc) criou, em 1994, o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE). Em 1997, o Laboratório conduziu um estudo internacional comparado com 14 países da região. Os testes, aplicados em outubro de 1997, tiveram como objetivo avaliar o desempenho dos alunos da 3ª e 4ª séries do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Essa pesquisa, a despeito das dificuldades encontradas por alguns países na coleta, tratamento e divulgação dos dados nos prazos previstos, mostrou ser de extrema importância. Foi o primeiro esforço de comparação internacional

metodologicamente consistente a apontar que o Brasil distanciou-se do patamar médio da região e passou a fazer parte do grupo de países com maior tradição educacional, como Argentina e Chile.

Projeto Mundial de Indicadores Educacionais (WEI)

Em 1997, treze países (Argentina, Brasil, Chile, China, Índia, Indonésia, Jordânia, Malásia, Filipinas, Federação Russa, Paraguai, Tailândia e Uruguai) integraram-se a um projeto-piloto, desenvolvido sob a coordenação da Unesco e da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com apoio do Banco Mundial, visando desenvolver um conjunto de indicadores comuns que efetivamente refletisse o estado atual da educação de maneira internacionalmente válida. A partir de 1998, foram incorporados ao projeto diversos outros países da Ásia, África e América Latina.

Os indicadores abrangidos pelo WEI cobrem uma ampla variedade de dimensões, como o contexto, os insumos, os processos e os produtos dos sistemas educacionais. Além de passar a figurar no anuário *Education at a Glance*, publicação que compila os dados educacionais dos países-membros da OCDE, a participação do Brasil no WEI resultou na incorporação de novas

variáveis aos instrumentos de coleta de dados que vinham sendo utilizados pelo Inep em seus levantamentos estatísticos e no aprimoramento metodológico para o cálculo de indicadores nacionais, estaduais e regionais.

As informações educacionais publicadas anualmente pela Unesco são o principal resultado desse projeto. Atualmente, a coordenação do WEI está sob a responsabilidade do Unesco Institute of Statistics (UIS), com sede em Montreal, Canadá. O Brasil, por meio do Inep, teve ativa participação nos trabalhos que orientaram a criação do UIS.

Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)

Integrar-se ao Pisa, aplicado pela primeira vez em 2000, constituiu uma iniciativa ousada. Tal decisão implicava aplicar uma avaliação com vários desafios metodológicos num País que ainda possui um sistema educacional em expansão e com desigualdades regionais históricas.

Desde o princípio, a inclusão do Brasil significava necessariamente saber que os resultados dos alunos brasileiros não seriam bons comparativamente, sobretudo porque o Pisa avalia uma amostra de alunos de 15 anos de idade independentemente da escolaridade. Por outro lado, esses jovens estavam sendo confrontados com estudantes dos países mais ricos e avançados do mundo, com melhores e mais estáveis condições de ensino. Participaram da primeira edição do Pisa os 28

países-membros da OCDE e quatro países em desenvolvimento.

Ao expor o alunado brasileiro à comparação internacional, ainda no momento em que consolidava o sistema de informações e avaliações educacionais, o Inep possibilitou aos gestores públicos de educação em geral conhecer algumas das deficiências do sistema educativo brasileiro, a fim de que sejam tomadas as medidas para que as distorções sejam corrigidas.

Além da grande contribuição em termos de conhecimentos teóricos e metodológicos que trouxe para o Brasil, a participação no Pisa reforçou os resultados das avaliações nacionais referendando a indicação de que a educação nacional ainda deve avançar muito na leitura e compreensão de textos aos quais as pessoas são expostas em sua vida cotidiana, pessoal e profissional. O estudo demonstrou que o atraso escolar, provocado pelos altos índices de reprovação e abandono às aulas, é uma das principais causas do baixo desempenho dos estudantes brasileiros.

Projeto de indicadores educacionais do Mercosul

No âmbito do Mercosul, diversas iniciativas educacionais estão abrigadas sob o guarda-chuva do Mercosul Educacional, que possui estrutura decisório e deliberativa própria dentro do quadro maior do bloco regional. No que se refere especificamente aos sistemas de indicadores educacionais, o Inep participa ativamente da publicação,

discussão e aprimoramento dos instrumentos de coleta e tratamento de dados e construção de estatísticas comparativas entre os países-membros.

A publicação deste conjunto de indicadores constitui produto de trabalho conjunto dos países-membros e associados e sua continuidade está incluída nos projetos e atividades do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul. De maneira complementar aos indicadores desenvolvidos no âmbito do WEI, os indicadores do Mercosul permitem uma visão contextualizada das especificidades regionais da região.

Centro de referência

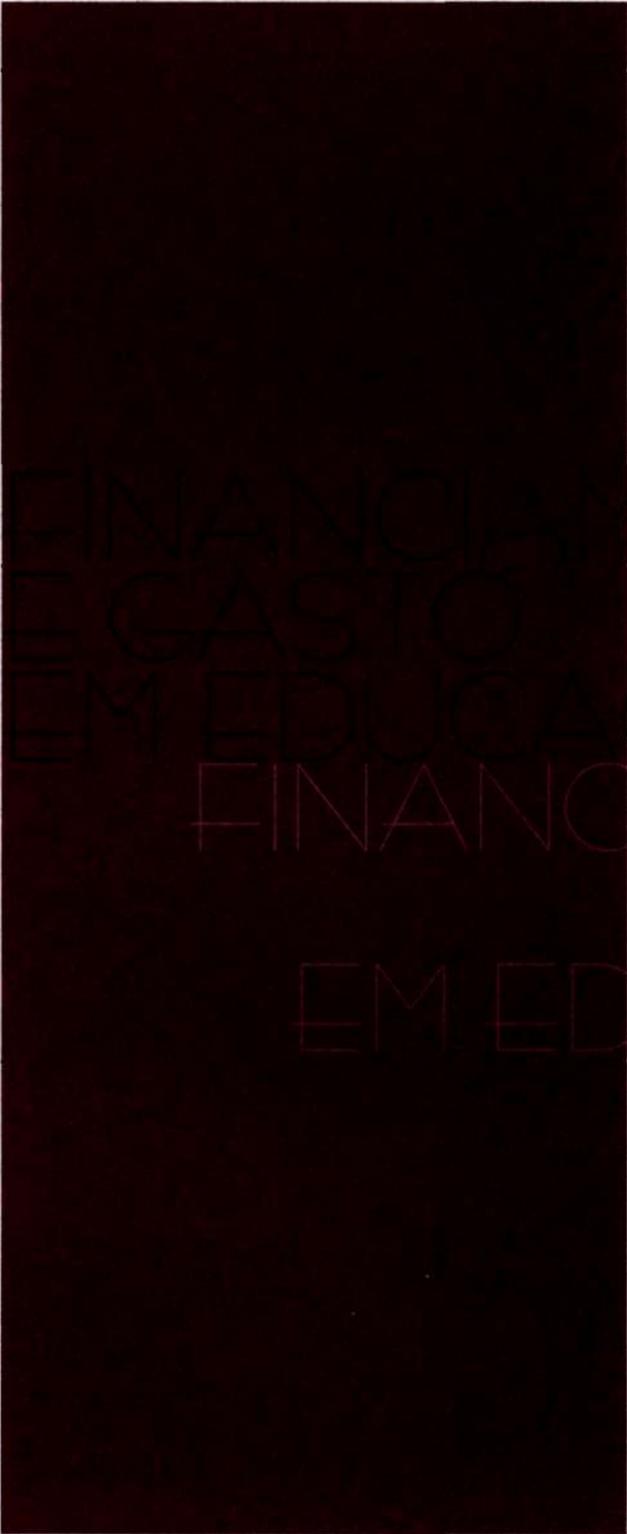
Devido aos avanços dos últimos oito anos, o Inep conseguiu alcançar a reputação de um centro de referência internacional no que se refere às informações educacionais. A competência técnica e transparência em complexos processos de coleta, tratamento, disseminação e cruzamento de dados e informações estatísticas e processos de avaliação têm sido reconhecidas pelos parceiros internacionais. Ao atingir, em tão pouco tempo, esse nível de excelência, o Inep reverteu a tendência e de "importador" passou a "exportador" de experiência e conhecimento.

Tanto é assim que recentemente, países como os Estados Unidos, o México, a Argentina e a Colômbia, dentre outros, manifestaram interesse em aprofundar o conhecimento de experiências inovadoras desenvolvidas pelo Inep,

em especial o Exame Nacional de Cursos, o Provão. Questões desenvolvidas para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por sua vez, foram aproveitadas na pré-testagem de itens que integrarão o próximo ciclo do Pisa, em 2003 com ênfase na matemática e na resolução de problemas. Por seu caráter interdisciplinar e contextualizado, essas questões são exemplos de itens que avaliam a capacidade de os alunos lidarem com situações-problema, indo mais além da concepção tradicional de aquisição e memorização de conhecimentos.

No âmbito da América Latina e do Caribe, o Inep também ganhou credibilidade, sendo procurado por diversos países para auxiliá-los na construção ou aperfeiçoamento dos seus instrumentos de avaliação da qualidade ou dos sistemas de informações educacionais. No próprio Laboratório Latino-Americano, que se constituiu uma rede de intercâmbio permanente de experiências após o estudo de 1997, a experiência brasileira tem sido debatida e compartilhada com os países da região.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constitui outro foco de atenção privilegiada da cooperação internacional do Inep, em consonância com a política externa brasileira. Moçambique, Angola e Cabo Verde já realizaram missões para conhecer o sistema de informações educacionais brasileiro. Além disso, foi criado um grupo de trabalho multilateral que desenvolverá um projeto-piloto de avaliação, construído a partir da experiência brasileira na construção e implementação de modelos de avaliação em Língua Portuguesa.



FINANCIAMENTO

EM EDUCAÇÃO

FINANCIAMENTO
E GASTO
EM EDUCAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) realiza o levantamento de dados sobre o financiamento e gasto do setor público com a educação. Essa atividade tem permitido identificar como é feita a distribuição de recursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino dos governos municipais, estaduais e federal. O levantamento também é utilizado para o repasse de informações aos projetos internacionais que o Brasil integra.

Os indicadores são apresentados para cada unidade da Federação e incluem informações como gasto total em moeda corrente e o percentual de gasto com educação em relação ao Produto Interno Bruto. Outro dado produzido é o gasto médio por aluno/ano para cada nível de ensino.

A produção de indicadores sobre gasto com educação foi retomada pelo Inep em 1997, em cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa parceria era necessária uma vez que o conjunto de indicadores utilizados para determinar os gastos em educação não se restringia ao escopo do Ministério da Educação. Para efeito do cálculo, são analisados os balanços da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e de uma amostra representativa de municípios.

Em 2001, o Inep passou a se responsabilizar por essa atividade. Para aprimorar e agilizar o processo de tratamento das informações, o Inep, em conjunto com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento

Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais, desenvolveu e está implementando o Sistema Nacional de Informações de Gasto Social (Sing). Ele possibilita coletar e tratar os dados de financiamento e gasto segundo a finalidade e não pela sua função a partir dos balanços já publicados pelos municípios, Estados e governo federal e apresenta, como resultado, os gastos consolidados de cada esfera de governo, incluindo as administrações direta e indireta.

Utilizando o Sing, técnicos do Inep analisam o conjunto dos gastos sociais nas três esferas de governo e, a partir dessa operação determinam o gasto em educação. Essa tarefa tem-se constituído um desafio permanente devido a inexistência de padronização nos programas e subprogramas expressos nos balanços dos governos estaduais e municipais, o que exige tratamento individualizado de cada informação apresentada.

O gasto social compreende todas as despesas públicas que tenham como objetivo beneficiar diretamente e promover o bem-estar de uma população-alvo, em um ano de referência. Ao conhecer o gasto social, o governo consegue avaliar com mais eficácia a destinação dos recursos financeiros sob sua responsabilidade. O cálculo serve também para definição da proposta orçamentária, pois se um município ou estado sabe efetivamente quanto está gastando em educação, tem condições de fazer uma projeção mais realista de suas necessidades para os anos seguintes.

Implementação do Sing

O Sing agiliza e facilita o trabalho dos técnicos contábeis dos municípios participantes. Antes de colocar em funcionamento o Sistema, o Inep apresentou o programa ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), além de outras entidades representativas, como associações e federações de municípios.

Para identificar os gastos sociais, o levantamento é feito a partir de uma amostra estratificada dos Estados brasileiros, envolvendo cerca de 280 municípios e levando-se em conta o tamanho da população. A participação no projeto é voluntária. Os municípios recebem o aplicativo e treinamento para desenvolver a coleta dos dados.

Após isso, a amostra é expandida para representar as unidades da Federação. O trabalho torna possível identificar o quanto se gasta na área social e, em particular, com a educação. Uma das vantagens do Sing é que ele permite a produção de relatórios com a finalidade do gasto, mesmo quando estes são apresentados em forma de balanço contábil.

O Sistema deverá beneficiar a todos aqueles que trabalham com planejamento, orçamento e execução financeira ao indicar o gasto efetivo nas diversas áreas de atuação. O programa poderá ajudar ainda os governos no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige um detalhamento maior da contabilidade desses gastos.

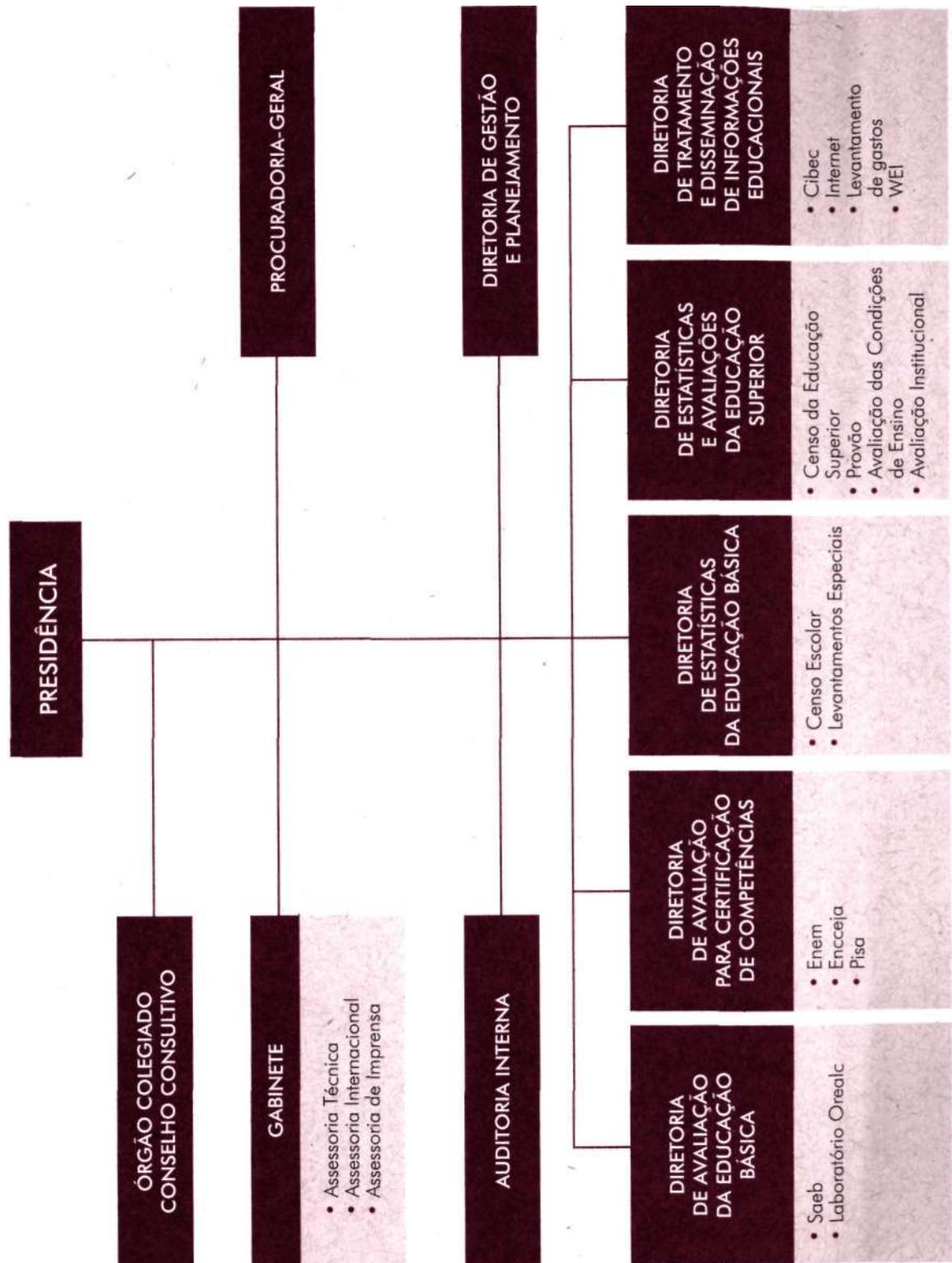
Gasto público em educação - Brasil - 1997-1999

Ano	% dos gastos em relação ao PIB	Gasto Médio por Aluno (em R\$)			
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
1997	4,7	733	542	670	9.399
1998	5,2	877	668	701	9.789
1999	5,3	924	691	643	9.756

Fonte: MEC/Inep - Dados estimados a partir da Pesquisa Regionalização do Setor Público-Administração Pública - IBGE.
Nota: O percentual do PIB inclui inativos e pensionistas e o gasto por aluno não os inclui.

ORGANOGRAMA
DO INEP

ORGANOGRAMA
DO INEP





MEMBROS DO
1995-2002
DIRIGENTES DO
INED 1995-2002

1995

**Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional
(Sediae/Inep)**

Maria Helena Guimarães de Castro

Chefia de Gabinete da Sediae/Inep

Og Roberto Dória

Departamento de Apoio Técnico à Avaliação dos Cursos de Graduação

Jocimar Archangelo

Departamento de Desenvolvimento e Avaliação

Maria Inês Gomes de Sá Pestana

Departamento de Inovações Educacionais

Mindé Badauy de Menezes

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

1996

Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae/Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

Chefia de Gabinete da Sediae/Inep

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Departamento de Apoio Técnico à Avaliação dos Cursos de Graduação

Jocimar Archangelo

Departamento de Avaliação da Educação Básica

Maria Inês Gomes de Sá Pestana

Departamento de Estatísticas Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Og Roberto Dória

1997

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

Chefia de Gabinete do Inep

Paulo Roberto Ensinas

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Maria Inês Gomes de Sá Pestana

Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior

Tancredo Maia Filho

Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

1998

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

1999

Chefia de Gabinete do Inep

Paulino Motter

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Maria Inês Gomes de Sá Pestana

Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior

Tancredo Maia Filho

Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

2000

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

Chefia de Gabinete do Inep

Ricardo Corrêa Coelho

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Maria Inês Gomes de Sá Pestana

Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior

Tancredo Maia Filho

Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

2001

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

Chefia de Gabinete do Inep

Ricardo Corrêa Coelho

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Iza Locatelli

Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências

Maria Inês Fini

Diretoria de Estatísticas da Educação Básica

Ednar Maria Vieira Diniz

Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

Tancredo Maia Filho

Diretoria de Gestão e Planejamento

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

2002

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

João Batista Ferreira Gomes Neto

Chefia de Gabinete do Inep

Ana Apolônio Albuquerque Marques

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

Iza Locatelli

Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências

Maria Inês Fini

Diretoria de Estatísticas da Educação Básica

Ednar Maria Vieira Diniz

Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

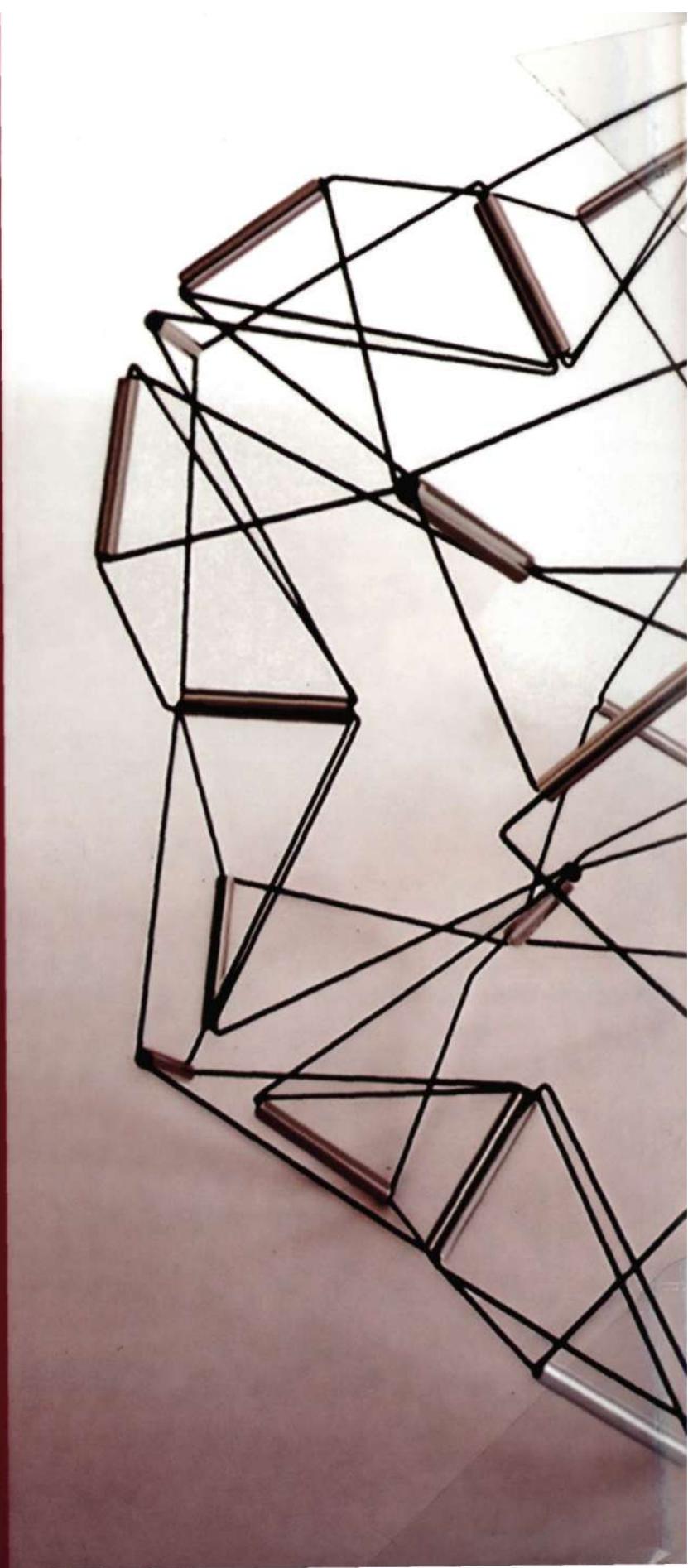
Tancredo Maia Filho

Diretoria de Gestão e Planejamento

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais

Carlos Eduardo Moreno Sampaio



Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas
Educaionais

**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**

Governo do
BRASIL

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)